



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

**O DISCURSO GOVERNAMENTAL SOBRE TERRORISMO:
A SUBVERSÃO DO CONCEITO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA GESTÃO
WITZEL E SEUS ANTECEDENTES**

FELIPE FURTADO MEDEIROS REBOUÇAS

Rio de Janeiro

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

**O DISCURSO GOVERNAMENTAL SOBRE TERRORISMO:
A SUBVERSÃO DO CONCEITO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA GESTÃO
WITZEL E SEUS ANTECEDENTES**

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social – Jornalismo.

FELIPE FURTADO MEDEIROS REBOUÇAS

Orientador: Professor Dr. Paulo Domenech Oneto

Coorientador: Professor Dr. Wellington Furtado Santos

Rio de Janeiro

2019

FICHA CATALOGRÁFICA

REBOUÇAS, Felipe Furtado Medeiros

O Discurso Governamental Sobre Terrorismo: A Subversão do Conceito de Segurança Pública na Gestão Witzel e Seus Antecedentes. Rio de Janeiro, 2019.

Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo), Escola de Comunicação (ECO), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Orientador: Paulo Domenech Oneto

Coorientador: Wellington Furtado Santos

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **O Discurso Governamental Sobre Terrorismo: A Subversão do Conceito de Segurança Pública na Gestão Witzel e Seus Antecedentes**, elaborada por Felipe Furtado Medeiros Rebouças.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia 12/12/2019

Comissão Examinadora:

Orientador: Professor Dr. Paulo Domenech Oneto

Doutor em Filosofia pela Universidade de Nice, atualmente docente do Departamento de Fundamentos de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Coorientador: Professor Dr. Wellington Furtado Santos

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria, atualmente docente do Eixo de Gestão e Negócios do Instituto Federal Farroupilha

Professora Dra. Luanda Dias Schramm

Doutora pela Universidade de Brasília, atualmente docente do Programa Institucional de Pós-Doutorado da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Professor Msc. Henrique Rabello de Carvalho

Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, atualmente docente do Instituto de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2019

Dedico este trabalho a todas as vítimas da violência no Rio de Janeiro. Sejam as atingidas por disparos de fuzil ou pelo medo cotidiano.

AGRADECIMENTOS

REBOUÇAS, Felipe Furtado Medeiros. **O Discurso Governamental Sobre Terrorismo: A Subversão do Conceito de Segurança Pública na Gestão Witzel e Seus Antecedentes.** Orientado por Paulo Domenech Oneto e coorientado por Wellington Furtado Santos. Monografia (Comunicação Social – Jornalismo). Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2019.

RESUMO

O presente trabalho pretende analisar como a inserção da questão do terrorismo no discurso do governador Wilson Witzel tem modificado o *modus operandi* da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, sobretudo nas regiões periféricas e/ou marginalizadas. Onde se concentram as operações policiais. O recrudescimento do número de mortes em decorrência de intervenção de agentes governamentais, o aumento de conflitos armados e a persistência da questão do terrorismo no discurso do mandatário ao longo de seu primeiro ano de governo – apesar do crescente número de civis mortos em relação a anos anteriores – são alguns dos fatores que norteiam esta pesquisa.

Palavras-chaves: terrorismo, segurança pública, discurso de Witzel, ações policiais, número de mortes.

SUMÁRIO

1. Introdução	1
2. Antecedentes.....	8
2.1. Império	8
2.2. República I.....	13
2.3. República II	14
2.4. República II	19
2.5. República IV	27
3. A questão do terrorismo em disputa	35
3.1. Um significante flutuante	35
3.2. Tentativas de definição.....	41
3.3. A influência norte-americana espelhada	43
4. O discurso do governador.....	49
4.1. Prioridade.....	49
4.2. Combate ao terrorismo	52
4.3. Incentivo às armas.....	56
4.4. Portas semiabertas para o turismo.....	58
4.5. O que dizem os especialistas	61
5. A prática do discurso	66
6. Considerações finais.....	XX
7. Apêndice	XX

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por foco principal o discurso do governador Wilson Witzel (PSC¹) e sua repercussão sobre a situação de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. O recorte analisado começa em março de 2018, mês em que o então advogado, professor de Direito Penal Econômico, de 51 anos, fez sua filiação partidária², até novembro de 2019. Para dar sentido ao material, a contextualização histórica do tema servirá tanto para limar de responsabilidade o atual governador em relação a erros cometidos no passado, quanto para compreender a relação umbilical entre o discurso do atual mandatário e seus antecedentes. Assim como a reflexão conceitual acerca da questão do terrorismo, presente no discurso de Witzel, dará sentido a muitas questões presentes no texto. No quarto capítulo, uma base de dados com mais de três mil *tweets* publicados pela conta oficial do governador será utilizada para destrinchar a forma como a gestão Witzel escolhe se comunicar com o público em geral.

No dia primeiro de janeiro de 2019, o plenário da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) foi palco de um acontecimento inédito. Pela primeira vez desde a fundação da Casa com a atual nomenclatura, em 1975, o discurso de posse do governador do Estado do Rio de Janeiro conteve a palavra ‘terroristas’. “São narcoterroristas, e como terroristas serão tratados”³ – declarou Wilson Witzel – que, em troca, recebeu da maioria do público presente uma salva de palmas de sete segundos de duração. Desse dia em diante, o que se observa no estado do Rio, sobretudo na Região Metropolitana, é a intensificação do confronto armado como política de Segurança Pública, retratada pelo aumento exponencial das ações policiais.

Anteriormente, quatro dias após ser eleito, em entrevista publicada pelo jornal Estado de São Paulo no dia primeiro de novembro de 2018, Witzel afirmou que, em seu governo, “a polícia vai mirar na cabecinha [de quem estiver portando fuzil] e... fogo! Para não ter

¹ Criado em 1970, o Partido Social Cristão tem como principais premissas, segundo consta em seu site oficial (<http://www.psc.org.br/missao-valores/>), a redução da maioria penal para 16 anos, a posição contrária à legalização do aborto e das drogas, e o posicionamento favorável ao voto facultativo.

² Witzel é lançado candidato do PSC em julho de 2018. Mas ele entra na política em março do mesmo ano, abnegando a carreira de juiz federal para ser, primeiramente, advogado do PSC. Para dar os primeiros passos no partido, Witzel foi apadrinhado pelo presidente da legenda, o Pastor Everaldo. Membro importante da Assembleia de Deus no Rio, Everaldo Dias Pereira foi citado em delações da Operação Lava-Jato por trabalhar em parceria com Eduardo Cunha, receber supostamente R\$ 6 milhões da Odebrecht para favorecer o candidato Aécio Neves no debate eleitoral das eleições de 2014, a qual foi presidenciável, e condenado a pagar R\$ 84 mil à ex-mulher por danos morais e materiais após agredi-la a ponto de causar perfurações em seu tímpano.

³ Declaração disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=5aluV8Ze4Ns&t=128s>. Acesso em: 9 de outubro de 2019.

erro”⁴, advogando a favor do uso de atiradores de elite nas operações policiais. Eleito no segundo turno com 59,87% dos votos válidos, 1.540.955 sufrágios a mais que seu adversário, o ex-prefeito Eduardo Paes (atualmente sem partido), Witzel tornou-se popularmente conhecido semanas antes do pleito, quando ameaçou dar voz de prisão ao oponente. “Se você falar mentira ao vivo, eu vou te dar voz de prisão. Vai ser o primeiro candidato a governador que vai ter voz de prisão ao vivo num debate”⁵

Tal postura conferiu a Witzel apoio expressivo de uma parcela da população fluminense que elegeu, nas eleições de 2018, figuras como Jair Bolsonaro (PSL) à presidência da República, Flávio Bolsonaro (PSL) ao Senado Federal, Daniel Silveira (PSL) ao Congresso Nacional e Rodrigo Amorim (PSL) à Alerj⁶. Os dois últimos estiveram presentes, no dia 30 de setembro de 2018, num comício de campanha de Witzel em Petrópolis, Região Serrana do estado, a quase uma semana do primeiro turno das eleições para governador. Na ocasião, Amorim, Silveira e Witzel, todos em cima de uma van, falando para milhares de eleitores vestidos de verde e amarelo, celebraram a quebra de uma placa de trânsito com o nome de Marielle Franco, vereadora do PSOL executada no dia 14 de março de 2018 – crime que também vitimou Anderson Gomes, motorista da parlamentar.

De acordo com Amorim, o ato de quebrar o material – posto em homenagem à memória da vereadora – se tratou de uma resposta a “vagabundos” que colaram a placa de Marielle sobre outra com o nome do Marechal Floriano Peixoto, na Cinelândia, Centro do Rio. “Eles foram na Cinelândia e, à revelia de todo mundo, pegaram uma placa da Praça Marechal Floriano, no Rio de Janeiro, e botaram uma placa escrito Rua Marielle Franco. Eu e Daniel essa semana fomos lá e quebramos a placa”, afirmou Amorim, seguido de gritos eufóricos dos seguidores que o escutava. “Jair Bolsonaro sofreu um atentado contra a democracia e esses canalhas calaram a boca. Por isso, a gente vai varrer esses vagabundos”, completou o deputado, se referindo ao episódio em que Adélio Bispo teria aplicado uma facada em Jair Bolsonaro, no dia 6 de maio de 2018, durante ato de campanha do então candidato do PSL.

⁴ Entrevista disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo-diz-novo-governador-do-rio,70002578109>. Acessado em: 10 de outubro de 2019

⁵ Disse o mandatário na véspera da série de debates de segundo turno para governador do Rio. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=5KmQkj9hWs&t=1s>. Acessado em: 10 de outubro de 2019.

⁶ Com 140.666 votos, a maior votação da história do Rio para o cargo de deputado estadual.

Figura 1: Representantes do Estado do Rio de Janeiro celebram quebra de placa com nome de vereadora executada



Fonte: O Globo⁷

Um mês depois, após ser eleito, Witzel pediu desculpas a mãe de Marielle pelo ocorrido, frisando que ficou constrangido, mas que a quebra da placa havia sido feita por Silveira e Amorim⁸. Anteriormente, no dia 8 de outubro de 2018, logo após se garantir no segundo turno das eleições, Witzel foi à Central do Brasil cumprimentar eleitores e afirmou haver uma identidade entre ele e o PSL. “Nós estamos falando aquilo que a população quer ouvir. Estar ao lado do Flávio [Bolsonaro] mostrou à população um alinhamento ainda maior”⁹

O alinhamento ao qual o atual governador se referiu comunga valores de campanha patriotas, conservadores e cristãos na seara dos costumes, favoráveis à flexibilização do acesso às armas, fiéis à política de guerra às drogas e rigorosos no combate à corrupção e ao

⁷ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/fato-ou-fake/e-fato-que-deputados-eleitos-pelo-psl-quebraram-placa-com-nome-de-marielle-franco-em-comicio-de-wilson-witzel-23140096>. Acessado em: 17 de novembro.

⁸ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/witzel-pede-desculpas-a-familia-de-marielle-por-quebra-de-placa.shtml>. Acessado em: 17 de novembro de 2019.

⁹ Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/10/09/interna_politica,995894/witzel-participou-de-ato-em-que-placa-de-marielle-e-destruida.shtml. Acessado em: 17 de novembro de 2019.

crime organizado. Valores que foram capazes de alavancar o candidato do PSC da quinta colocação, segundo pesquisa eleitoral publicada pela Folha de São Paulo no dia 4 de outubro de 2018, com 11% das intenções de voto¹⁰, à vitória no primeiro turno, três dias depois, com 41% dos votos válidos. Há de se levar em conta, apesar do resultado expressivo de Witzel, a impugnação da chapa do ex-governador do Rio, Anthony Garotinho (PRP), por improbidade administrativa, a menos de duas semanas do pleito. Na segunda colocação nas intenções de voto, com 19%, empatado com Romário (PODE), Garotinho representava o voto de grande parte da população evangélica fluminense (cerca de 1,3 milhão de pessoas¹¹).

Uma vez eleito 63º governador fluminense na história da República, o político de primeira viagem, ex-juiz federal e ex-fuzileiro naval, natural de Jundiá (SP), com passagens pela Defensoria Pública e pelo Instituto de Previdência do Município do Rio (Previ-Rio) fez algo inédito – além de classificar bandidos como terroristas. Witzel encomendou uma faixa governamental com as cores da bandeira do estado a ser entregue a ele no dia da posse, pelo ex-governador interino Francisco Dornelles (PP), e se tornou o primeiro governador do Rio a realizar tal feito¹². O mandatário ainda apareceu em público com uma segunda versão de faixa, modelo preto e branco, na cerimônia de posse do coronel Rogério Figueiredo Lacerda à secretaria de Polícia Militar, no dia 3 de janeiro de 2019.

Durante a solenidade, Witzel afirmou que “quem usa fuzil porque quer dominar um território é um terrorista e assim será tratado” em seu governo. Três dias depois, o governador esteve presente no enterro do soldado Daniel Henrique Mariott – primeiro PM morto em 2019 –, baleado ao tentar impedir um assalto na Linha Amarela. Mariott era casado, tinha um filho de 3 anos e estava na corporação desde 2013. “O Estado é mais forte que eles [criminosos] e eu vou usar todos os esforços e meios para aniquilar e asfixiar esse crime organizado”, declarou Witzel¹³. E o que se observou nos meses seguintes foi justamente o recrudescimento da política de enfrentamento prometida pelo governador. As

¹⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/paes-registra-29-das-intencoes-de-votos-validos-no-rj-sem-a-presenca-de-garotinho-mostra-datafolha.shtml>. Acessado em: 17 de novembro de 2019.

¹¹ Disponível em: <https://noticias.gospelmais.com.br/estudo-mostra-capitais-mais-menos-evangelicas-brasil-50448.html>. Acessado em: 17 de novembro.

¹² No melhor estilo carioca de manifestação política, a faixa governamental se tornou fantasia de carnaval, à venda no Saara, por R\$ 50. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/faixa-de-wilson-witzel-inspira-adereco-de-carnaval-venda-na-saara-23467775?utm_source=Twitter&utm_medium=Social&utm_campaign=O%20Globo. Acessado em: 20 de novembro de 2019.

¹³ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/01/06/parentes-de-agentes-de-seguranca-mortos-no-rj-serao-atendidos-por-coordenadoria-diz-secretaria.ghtml>. Acessado em: 20 de novembro de 2019.

288 operações policiais entre março e junho de 2019 representaram aumento de 42% em comparação ao mesmo período do ano anterior, quando houve 203 operações¹⁴.

Para entender a origem dessa lógica de combate presente no Rio de Janeiro, e em todo Brasil, o capítulo *Antecedentes* vai discorrer sobre a história da corporação policial no estado, desde o império até os dias de hoje. É possível, ao ler os episódios descritos no capítulo, observar a polícia, desde sua criação, como órgão de repressão do Estado. A mascote da corporação, por sinal, o cão bravo, simboliza bem tal relação. O Estado, proprietário do cão, domina o animal com uma coleira soltando-o a bel-prazer, seguindo critérios situacionais de comodidade, e sabendo que o subordinado jamais se voltaria contra ele. Entretanto, há de se ponderar, dado o contexto democrático que vivemos atualmente, que a sociedade escolhe e legitima através do voto quem segura a coleira.

Se o Estado reproduz uma lógica segregacionista garantida pela coerção – fazendo uso de Gramsci –, existe, então, uma incongruência latente no contrato tácito, chamado de contrato social por Rousseau, estabelecido entre *corpus* social e o próprio Estado. O capítulo *Antecedentes* pretende elucidar, através dos fatos históricos envoltos à corporação policial no Rio de Janeiro, como a imposição de um aparato repressor, destinado a controlar os grupos étnicos postos à margem com a chegada da família real em 1808, engendrou o consenso – e mais uma vez Gramsci – de que o direito à Segurança se restringe a alguns.

Tal naturalização do acesso limitado à seguridade de corpos gerou, por parte dos grupos privilegiados – geralmente ligados ao poder vigente –, a formulação de artifícios e subterfúgios discursivos para garantir a manutenção dessa realidade. No capítulo *A questão do terrorismo em disputa* será mostrado como a indefinição do termo promove um embate entre as personagens envolvidas em cada contexto. No Rio atual, por exemplo, o governador classifica os bandidos sitiados nas mais de 760 favelas como terroristas. E, incentiva, assim, a estereotipagem de um inimigo comum na sociedade. No entanto, a tentativa de eliminação desses indivíduos do crime, considerados representantes do mal pelo mandatário e parte dos eleitores que o elegeu, provoca a morte de pessoas inocentes. Na maioria dos casos em que há ação policial, no Rio e em todo país, a vítima é moradora de favela, jovem e negra. Sendo o território em que o vitimado se situa fator determinante para decretar sua morte, seguido, imediatamente de sua cor de pele, conforme mostra a Figura 2, abaixo, e a Figura 6 (página 33):

¹⁴ Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/operacoes-policiais-aumentam-42-no-rio-de-marco-a-junho/>. Acessado em: 20 de novembro de 2019.

Figura 2: Índice de letalidade de oponentes em intervenções policiais

Área da cidade	Branco	Pardo	Negro
Fora da favela	1.9	3.2	2.6
Dentro da favela	4.6	9.0	8.2

Fonte: CANO, 2009

Informações publicadas pela plataforma Fonte Segura, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), citando relatórios do Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crimes (UNODC) e do *Small Arms Survey* revelam que, apesar da “tentativa de satanização dos grupos armados” (CANO, 2019)¹⁵, gangues e o crime organizado foram responsáveis, em 2017, por 19% do total de homicídios globais¹⁶. Enquanto no primeiro semestre de 2019, a polícia fluminense, sob comando de Witzel, responde por 30% do total de homicídios no estado. Já o Talibã, grupo insurgente tratado como terrorista pelos Estados Unidos e pela Rússia, com atuação nos territórios do Afeganistão e do Paquistão, é responsável por 35,4%¹⁷ das mortes na região.

É mister lembrar que a lógica de funcionamento dos grupos armados presentes nas favelas do Rio se baseia em dois pilares de sustentação econômica: o varejo de drogas e o comércio ilegal de armas. Quanto às drogas, a descriminalização é a principal alternativa defendida pelos especialistas. Já o contrabando internacional de armas, que movimenta cerca de US\$ 50 bilhões por ano, é visto pelos estudiosos da Segurança Pública como o cerne da questão. Pois enquanto o comércio da droga confere sustentação financeira, os armamentos garantem o poder sobre o território dominado.

E segundo matéria publicada pela Folha de São Paulo, em 2007, a cada fuzil apreendido pela Polícia Federal (PF), 30 são contrabandeados¹⁸. O desvio de armamentos por agentes das forças de segurança cooptados pelo tráfico é uma realidade admitida até por

¹⁵ Expressão dita pelo coordenador do Laboratório de Análise da Violência (LAV) da Uerj, Ignacio Cano, em entrevista ao autor. Por Skype. Em 2 de outubro de 2019.

¹⁶ Disponível em: <https://fontesegura.org.br/news/1>. Acessado em: 27 de novembro de 2019.

¹⁷ Dado produzido pelo autor com base nas informações disponíveis em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil>; <https://exame.abril.com.br/mundo/taliba-supera-estado-islamico-e-e-grupo-terrorista-mais-violento-do-mundo/>; <https://super.abril.com.br/blog/contaoutra/o-brasil-tem-mais-assassinatos-do-que-todos-estes-paises-somados/>. Acessado em: 20 de novembro de 2019.

¹⁸ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1609200702.htm>. Acessado em: 20 de novembro de 2019.

ex-integrante da polícia. “A falta de fiscalização incrementa o mercado da corrupção. Uma coisa leva a outra”, disse o ex-capitão do Batalhão de Operações Especiais (Bope), Paulo Storani, em 2010¹⁹. Estima-se ainda, de acordo com a PF, que 60% das armas que passam pelas fronteiras terrestre e marítima do país chegam ao Rio de Janeiro. De acordo com a reportagem publicada pela IstoÉ em 2010, de um milhão de armas que circulam no Rio, 180 mil estão na mão dos traficantes.

A despeito das informações expostas acima, o capítulo *O discurso do governador* vai mostrar que Witzel vai de encontro às reduções, tanto dos confrontos, quanto do acesso às armas. E sequer menciona descriminalização das drogas em seu discurso, ao passo que se vangloria de prisões de bandidos em série e apreensões de drogas e armamentos realizadas pela polícia. Apesar da notória superlotação dos presídios em todo país, especialmente no Rio, onde há déficit de 22 mil vagas²⁰. Por fim, *O discurso na prática*, último de cinco capítulos, vai trazer os números da Segurança Pública nos primeiros dez meses da gestão Witzel com intuito de relacionar o discurso do governador com as estatísticas produzidas pelas forças de segurança subordinadas a ele.

¹⁹ Disponível em: https://istoe.com.br/113928_OS+SENHORES+DAS+ARMAS/. Acessado em: 20 de novembro de 2019.

²⁰ Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/videos/t/todos-os-videos/v/exclusivo-general-braga-netto-fala-sobre-a-intervencao-na-seguranca-publica-do-rio/6559841/>. Acessado em: 15 de novembro de 2019.

2. ANTECEDENTES

A fim de contextualizar o trabalho, este capítulo busca condicionar a compreensão da problemática envolvendo a Segurança Pública no Rio de Janeiro (que foi capital do Brasil por 197 anos), através da história da polícia militar do estado – com breves menções à polícia civil. Tratada pela classe dirigente como instrumento repressor voltado para solucionar conflitos sociais, desde a chegada da família real à então capital do Reino de Portugal, a corporação policial mantém, até hoje, uma série de vícios. A relação umbilical com a ala militar da sociedade, a assumpção da insígnia de justiceiro por alguns agentes, a reprodução da lógica de violência, a participação em eventos marcantes na história do país e trágicos nas favelas e sertões do mesmo são alguns dos elementos presentes a seguir.

2.1. Império

Fundada por um decreto-régio no dia 13 de maio de 1809, aniversário do príncipe Dom João VI, a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia (GRP) tinha como função servir e proteger a nobreza lusitana que fugira do avanço napoleônico em direção à península ibérica. Sob o comando do capitão português José Maria Rebello de Andrade Vasconcellos e Souza, auxiliado pelo subcomandante brasileiro Miguel Nunes Vidigal²¹, a guarda contava com 218 homens, em geral indianos de origem portuguesa, muitos deles mestiços (VASCONCELLOS, 2012) e vestidos com trajes idênticos aos da Guarda Real Portuguesa. Estima-se que além da família real, 15 mil pessoas atracaram na Praça Mauá em 1808. Acréscimo que resultou numa população de cerca de 60 mil indivíduos à época, espalhados por 75 ruas e alamedas.

Para manter a ordem pública diante desta realidade, a Corte autorizou a aplicação de chicotadas e exílio seguido de trabalho forçado – até que os senhores reclamassem a falta, em caso de fuga – como punições aos atos considerados delituosos²². As ações concentravam-se sobre a população escrava, que representava metade daquela sociedade e era cooptada como construtora da capital em franca ascensão urbano-demográfica. “No Brasil joanino, a combinação de escravidão e exílio penal fez com que muitos escravos

²¹ Terceiro comandante da GRP, conhecido por supervisionar as ‘ceias de camarão’: série de chicotadas que deixava a pele dos açoitados com a cor do animal. Citado no livro ‘Memória de Um Sargento de Milícia’ (1854), de Manuel Antônio de Almeida e definido por Mário de Andrade como o “horror das classes desprotegidas do Rio de Janeiro”.

²² Vadiagem, jogos de azar, mendicância, desrespeito ao toque de recolher e jogar capoeira entre os mais brandos. Fugas, brigas, facadas, homicídios e roubos considerados crimes graves.

fossem utilizados pelo Estado como mão de obra forçada em obras públicas” (FONSECA, 2018, p.1).

Como refere Muniz (1999), as perspectivas de solução de conflitos sociais por intermédio de uma instituição fundada em princípios de legalidade e de consentimento social representaram o desafio de construção do Estado de direito. E, segundo Foucault (1965), é daí que se aprofundou a idéia de uma sociedade disciplinada (MINAYO, SOUZA, CONSTANTINO, 2008, p. 45)

Baseado no degredo, o sistema penal da época tinha relação direta com o método de colonização adotado pelos impérios marítimos, inspirado no Código Philippino. Oriundo, por sua vez, da reforma do Código Manuelino, realizada por Felipe II da Espanha (Felipe I de Portugal), durante o período da União Ibérica (1580 – 1640), e formulado pelo advogado da corte portuguesa Candido Mendes de Almeida.

E assim como a justiça he virtude, não para si, mas para outrem, por aprovar somente àquelles a quem se faz, dando-se-lhes o seu, e fazendo-os bem viver, aos bons com premios e aos maos com temor das penas, d'onde resulta a paz e concordia na República (porque o castigo dos maos é a conservação dos bons), assim deve fazer o bom Rey, pois que por Deos foi dado, não para si nem para seu particular proveito, mas para bem governar seus povos e aproveitar a seus subditos como a proprios filhos. E como quer que a Republica consista e se sustente em duas cousas principalmente em as armas e em a Leis, e huma haja mister a outra, porque assim como as Leis com a força das armas se mantem, assim a arte militar com a ajuda das Leis he segura (ALMEIDA, 1603, p. 76)

Com a transformação do Rio de Janeiro em corte e a redefinição da monarquia na América houve a necessidade de “reconciliar ideais de vassalagem e justiça real com o uso difundido da escravidão e com os residentes africanos e afro-brasileiros que formavam a maioria da população da cidade” (LEMOS, 2012, p.2). Além do mais, em terras portuguesas não havia tanto contanto entre negros e portugueses como no Brasil, a partir da transmigração da família real portuguesa. Isso contribuiu para uma aposta mais severa na repressão como política de contenção de massa por parte da classe regente, haja vista a enorme incidência de escravos, negros, pardos e índios no sítio urbano, elemento suficiente para ameaçar os recém-chegados²³.

²³ Vide os ventos republicanos que sopravam da Europa com a Revolução Francesa (1789 – 1799) e, principalmente, da América Central, com a Revolução do Haiti (1791). Composta por escravos e negros libertos o fato histórico resultou na abolição da escravidão em todas as colônias francesas (1794) e decretou a independência de São Domingos frente à França, em 1804.

A pena mais comum vista em praça pública eram os açoites, cujo número variava de 50 a 200 até 1815, aumentando a partir de 1817 para 300, e aplicados com intervalos. “Na medida em que ao Estado interessava zelar pela ordem pública e aproveitar a força de trabalho de criminosos em obras e abastecimento da cidade, a polícia assumiu a administração dos trabalhos públicos e, ao mesmo tempo, a punição aos desviantes e indesejáveis. Como o feitor²⁴ estava ausente nas residências urbanas, seu lugar foi ocupado pela polícia, que se interpunha entre o senhor e o escravo no espaço público, cuja vigilância recaía principalmente, nessa ordem, nos escravos, nos libertos e nos homens livres pobres” (ALGRANTI apud FONSECA, 2018, p.3).

Além de punir cruelmente os infratores da lei, a GRP teve participação em momentos importantes da história do país em várias partes do território nacional. Logo em 1822, os comandados de Miguel Nunes Vidigal garantem o grito de independência de Dom Pedro I às margens do rio Ipiranga. Ao retornar para Portugal, Dom João VI ordena que o filho embarque em retirada do Brasil. Mas um abaixo-assinado encabeçado pelas elites brasileiras pressiona D. Pedro a seguir em terras brasileiras. Eis que, sob escolta GRP, o documento chega ao paço imperial e o dia 9 de janeiro de 1822 fica marcado como Dia do Fico. Em resposta, a Divisão Auxiliadora – espécie de força de ocupação portuguesa –, liderada pelo brigadeiro Jorge Avilez, sobe o Morro do Castelo e ameaça bombardear a cidade caso D. Pedro não obedeça a ordem do rei.

De imediato, tropas fiéis ao príncipe, entre elas a GRP, cercam os homens de Avilez, que em menor número e sem mantimentos, se rendem. A GRP comanda a expulsão das tropas portuguesas do Brasil e, seis meses depois, se faz presente no Sete de Setembro. Adiante, em 1831, um levante fez a corporação ser extinta, tendo o nome alterado em 10 de outubro para Guarda Municipal Permanente, que tinha como objetivo patrulhar a cidade, circulando dia e noite: a infantaria atuaria no Centro e a cavalaria nos subúrbios; patrulhar individualmente, em duplas e, no caso de áreas isoladas, em grupos maiores; prender todos que estivessem cometendo crimes ou que houvessem cometido crime recentemente, dando especial atenção aos ajuntamentos de pessoas; revistar pessoas suspeitas; autorizar eventos públicos e se responsabilizar por eles, tendo poder de prender pessoas envolvidas em motins ou agitações (MINAYO, SOUZA, CONSTANTINO, 2008, p. 48).

²⁴ Figura conhecida no Brasil como capitão-do-mato, responsável por vigiar, ordenar e punir os escravos.

No ano seguinte, assume o comando da corporação o tenente-coronel Luís Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, patrono do Exército Brasileiro. Sob suas ordens, a guarda que ficou conhecida como ‘os permanentes’ interveio em ao menos oito eventos marcantes do século XIX²⁵. Importante lembrar que em abril de 1834, um ato adicional à Constituição de 1824 transformou o Rio de Janeiro em município neutro – seguindo como capital do império –, elevou Niterói à capital da província e criou a Guarda Policial da Província do Rio de Janeiro²⁶, com base no município vizinho.

A Guerra do Paraguai (1864 – 1870) também contou com a presença dos policiais do Rio. Com déficit de efetivo ante os 80 mil soldados do imperador paraguaio Solano López, o governo brasileiro de D. Pedro II precisou recrutar soldados – especialmente escravos enviados ao Exército – e criou o corpo de voluntários da pátria. Ao qual 510 oficiais e praças d’os permanentes se puseram à disposição, partindo para a guerra diretamente do quartel dos Barbonos da Corte, atual quartel General da Polícia Militar, no centro da cidade. De lá até a Praça Mauá, acompanhando o 31º corpo de voluntários da pátria, também seguiu viagem de navio ao Paraguaia um cão de rua, que, por frequentar constantemente as dependências do quartel, se tornou xodó da tropa, apelidado de bruto. O animal retornou vivo da guerra, tendo participado ativamente dos combates, segundo conta o folclore policial, e tornou-se mascote da corporação do Rio: o cão bruto²⁷. Morreu anos depois, envenenado por uma bola dada supostamente por um guarda fiscal, enquanto passeava pelo Campo do Santana.

Ainda que a guerra tenha proporcionado uma aventura canina de fato, as contrapartidas do confronto atormentaram o império. Entre os países da tríplice aliança (Argentina, Brasil e Uruguai), o Brasil obteve o pior saldo humano, financeiro e político. Além de 50 mil mortes²⁸ entre civis e militares, o governo brasileiro viu as contas públicas saírem do controle e as aspirações republicanas ganharem força. “Os gastos do Brasil foram 11 vezes o orçamento anual do país em 1864. Além disso, o governo brasileiro saiu bastante endividado, sobretudo com bancos ingleses, em decorrência dos empréstimos feitos para financiar o conflito. A guerra também fortaleceu o exército como instituição e marcou o início da decadência da monarquia” (SILVA, 2019, p.2). Tal conjuntura política,

²⁵ Rebelião de Miguel de Frias e Intentona do Barão de Büllow (1832); Pacificação de Santa Catarina (1837); Sabinada (1837 – 1838); Cabanagem (1835 – 1840); Guerra dos Farrapos (1839 – 1845); Revolução Liberal (1842); Questão Christie (1862)

²⁶ Futura Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

²⁷ Seus restos estão empalhados e expostos no Museu da Polícia Militar.

²⁸ Obtido em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/guerra-paraguai.htm>. Acessado em 28 de outubro de 2019.

endossada pelas proclamações de repúblicas ao redor do mundo, e a urgência por uma industrialização no país, ainda que tardia, também contribuíram para o que estava por vir.

Isso tudo somado à ascensão inglesa no mercado colonial através da primazia na Revolução Industrial, gerou forte demanda por mão de obra no mercado internacional. Desde 1850, inclusive, por meio da lei Eusébio de Queiroz, baseada na lei inglesa Bill Aberdeen (1845), o tráfico de escravos no Brasil havia sido proibido. Após tantos fatos, o abolicionismo venceu o debate público e o Brasil ficou marcado na historiografia como o último país do continente americano a abolir a escravidão, em 1888. Além da estatística exorbitante de que uma em cada cinco pessoas escravizadas no mundo entre 1500 e 1856 pisaram no Rio de Janeiro²⁹. Calcado no modelo escravocrata, o império também caiu, em 1889, com a proclamação da república.

Após tantos acontecimentos marcantes da história do país, a corporação policial do Rio de Janeiro seguiu de pé e se consolidou como órgão de repressão do poder vigente, seja ele qual for. Ora destinada a cumprir missões relacionadas à soberania nacional, como contenção de levantes e protestos, ora, de forma escancarada no período descrito neste capítulo, a cumprir a lógica de criminalização da pobreza em escala regional. Dessa maneira se estabeleceu o primeiro contato entre a população imediatamente marginalizada – devido à chegada dos nobres portugueses – e a entidade policial fluminense. Para a antropologia, o primeiro contato entre zonas com valores distintos é o que determina a base de relação dos grupos. A polícia, como extensão coercitiva do império, definia quem devia receber o temor das penas, e quem devia ser conservado para que a paz e a concórdia fossem soberanas, tal qual estabelece o Código Philippino. O que se viu adiante, apesar do ideal republicano instaurado, foi a manutenção velada do uso da força estatal como garantidora da hierarquia social no Brasil. Sintetizada na capital. Como afirmou categoricamente o sociólogo e ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Jessé Souza, no documentário ‘Relatos do Front’, de 2018: “Somos filhos da escravidão. Da pior possível”.

2.2. República I

Herdeira das noções coloniais de cidadania, a polícia republicana, no contexto federativo, se manteve como instrumento de repressão do Estado brasileiro. Nessa nova fase, a polícia da capital foi chamada de Corpo Militar de Polícia do Município Neutro e a polícia

²⁹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/pesquisa-americana-indica-que-rio-recebeu-2-milhoes-de-escravos-africanos-15784551>. Acessado em 29 de outubro de 2019.

do estado – que deixara de ser província – de Força Militar do Estado do Rio de Janeiro. Até meados do século XX, a corporação distrital seguiu atuando em eventos históricos em escala nacional. Na República Velha (1889 – 1930), o mesmo governo que abriu vias extensas³⁰ no coração da capital e pôs em prática o processo de gentrificação de cortiços³¹ e moradias populares, prescindiu da força policial em ao menos quatro levantes urbanos: Revolta da Vacina (1904), Revolta da Chibata (1910), greves operárias (1917 – 1920) e Revolta dos 18 do Forte de Copacabana (1922). E, contrariando as oligarquias, sinalizou apoio às tropas lideradas por Getúlio Vargas segundo “declarações do novo chefe de polícia do Rio [à época], coronel Bertoldo Klinger, prometendo reprimir as manifestações públicas na capital em favor dos revolucionários”³².

Com a chegada de Vargas ao poder³³, a polícia, mais uma vez, impôs situações de prisão e exílio. Dessa vez, no entanto, a oposição do Estado Novo – conduta que mais à frente, no contexto da chamada Guerra Fria, se tornaria comum dentro da corporação. Somadas todas as experiências desde a criação, a polícia da capital ainda não havia, institucionalmente, servido a uma ditadura. Muito menos cedido agentes a uma guerra mundial, como aconteceu em 1942. Entre os policiais militares transferidos para a Divisão de Infantaria Expedicionária do Exército na Europa estava o terceiro sargento Max Wolff Filho, cujo falecimento aconteceu na Itália, durante combate. Passado esse momento, a corporação precisou se adaptar a uma nova realidade. O espólio da primeira ditadura da República entranhou-se inevitavelmente ao *modus operandi* da polícia e os anos seguintes aguardavam mais conflitos sociais.

Durante o Estado Novo, as forças policiais acabaram sendo inseridas nos meandros do poder, ganhando extrema força, passando a exercer uma espécie de autoridade absoluta, situação que alimentou uma imagem de intocabilidade dos agentes de segurança, ensejando uma sinistra escalada de abusos e violências. (CANCELLI apud SILVEIRA, 2014, p. 4)

Inserido no processo de industrialização acentuado, especialmente no Sudeste, o estado do Rio atraiu cidadãos de todo país em busca de oportunidades de emprego e melhores

³⁰ A exemplo da Avenida Central, atual Rio Branco, e Avenida Passos, atual Rua Uruguaiana.

³¹ Como o famoso Cabeça-de-porco, retratado por Aluísio de Azevedo em *O Cortiço*, em 1890.

³² Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1930-3>. Acessado em 29 de outubro de 2019.

³³ Na Constituição de 1934 ficou definido que as Polícias Militares, Cíveis, bem como o Corpo de Bombeiros são forças “reservas do exército” voltadas para a “segurança interna e manutenção da ordem”.

condições de vida. Especialmente pessoas de origem nordestina. Ainda que a construção de Brasília tivesse ramificado os fluxos migratórios em escala nacional, o Rio de Janeiro seguia sendo o destino de milhares de pessoas. De acordo com o Censo de 1960, mais de três milhões de pessoas habitavam somente o território do atual município³⁴. Neste momento, o Distrito Federal é transferido para Brasília, a antiga capital se transforma no Estado da Guanabara e sua polícia chega ao 12º nome em pouco mais de 150 anos de existência, como Polícia Militar do estado. Ao passo que a polícia estadual, um pouco antes, em 1947, já tivera o nome alterado para Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), atual nomenclatura. A cisão só é desfeita em 1975, quando a Guanabara se torna parte do estado do Rio de Janeiro e as instituições públicas do estado e da antiga capital se fundem. Como é hoje.

2.3. República II

Essa violência policial inscreve-se em uma tradição nacional multissecular de controle dos miseráveis pela força, tradição oriunda da escravidão e dos conflitos agrários, que se viu fortalecida por duas décadas de ditadura militar, quando a luta contra a "subversão interna" se disfarçou em repressão aos delinquentes. Ela apóia-se numa concepção hierárquica e paternalista da cidadania, fundada na oposição cultural entre feras e doutores, os "selvagens" e os "cultos", que tende a assimilar marginais, trabalhadores e criminosos, de modo que a manutenção da ordem de classe e a manutenção da ordem pública se confundem. (WACQUANT, 1999, p. 5)

O período da história do Brasil descrito pelo sociólogo francês Loïc Wacquant, no livro 'As Prisões da Miséria', de 1999, "teve importante papel para a consolidação do modelo de policiamento militarizado e violento verificado atualmente" (SILVEIRA, 2014, p. 18). Durante a Ditadura Militar (1964 – 1985), as polícias militares em todo território nacional passaram por mudanças estruturantes. A principal delas veio no Decreto de Lei nº 667/69, cujo texto determinou que todas as polícias estaduais passariam a ser controladas e coordenadas pelo Exército. Medida que centralizou o comando do Exército sob as forças policiais estaduais, que passaram a desempenhar, respectivamente, funções normalmente atribuídas a membros das Forças Armadas. Isso poupou os agentes federais da exposição ostensiva e prolongada nos grandes centros no contexto da guerrilha urbana, por exemplo,

³⁴ Dado obtido em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t11_rj.pdf. Acessado em 29 de outubro de 2019.

acentuando sobremaneira as habilidades militares e o padrão de atuação violento (SILVEIRA, 2014).

Os agentes das polícias militares foram retirados da rotina aquartelada, na qual as saídas só ocorriam em caso de urgência ou de distúrbios sociais. No regime militar, as corporações estaduais assumiram a incumbência de realizar policiamento ostensivo, as rondas, e missões secretas ligadas ao Serviço Nacional de Informação (SNI)³⁵, atual ABIN – cujos documentos produzidos ainda não foram totalmente resgatados pela Comissão da Verdade do Rio (CEV-Rio). Rearranjo feito para tornar a repressão aos supostos inimigos comunistas mais eficaz (SILVEIRA, 2014). Além disso, a instalação do sistema DOI-CODI³⁶ (Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna) nos principais estados brasileiros do ponto de vista socioeconômico, entre eles o Rio de Janeiro³⁷, acentuou o caráter obscuro e violento absorvido pelas polícias civil, militar e federal nesse período, “pois a avaliação que era feita é de que é mais fácil encontrar um suspeito, prender e torturá-lo até que ele confesse do que investigar” (CIRILO, SANTOS, DOURADO, 2014, p. 3)

Dentro desse sistema, sob forte influência dos militares e ostentando grande poder, as forças policiais militares, assim como as civis, passaram a exercer suas atribuições através de um padrão de atuação autoritário e o que resultou em diversos casos de violações, incluindo execuções e práticas de tortura para fins investigativos, expedientes que, desde então, passaram a ser utilizados rotineiramente no exercício da atividade policial. (FICO apud SILVEIRA, 2014, p.4)

Em paralelo a esse remodelamento da conduta policial, o Rio de Janeiro assistiu atônito, ao longo de todo século XX, a ascensão da malha urbana em direção a morros, encostas e mangues³⁸, sobretudo na Região Metropolitana do estado. Moradias modestas, ora erguidas com palafitas, ora com tijolos, até mesmo barro e madeira. Juntas, se

³⁵ Criado em 1964, o SNI concentrava as informações sobre política interna, política administrativa, política externa e atividades subversivas. Estas sendo base da estrutura de repressão aos opositores da ditadura.

³⁶ Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) foi um órgão subordinado ao Exército, de inteligência e repressão do governo brasileiro durante o regime inaugurado com o golpe militar de 1964.

³⁷ Unidade instalada em 1969, na Tijuca, Zona Norte, no prédio de dois andares que hoje abriga o Pelotão de Investigações Criminais do Exército (PIC). Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/09/23/doi-codi-no-rio-tinha-salas-de-tortura-caixinha-de-musica-e-boate.htm>. Acessado em: 30 de outubro de 2019.

³⁸ Como é o caso do Complexo da Maré, segundo relato de Joaquim Severino da Silva, de 88 anos. Disponível em: <http://mareonline.com.br/perfil/das-palafitas-ao-asfalto-seu-joaquim/>. Acessado em 30 de outubro de 2019.

transformaram em vilarejos, deram lugar a comarcas e, por fim, receberam o nome de favelas. A primeira delas datada em 1897, quando os soldados recém-chegados do massacre de Canudos, junto à população escrava alforriada há menos de uma década, mas em boa parte desabrigada, se instalaram no Morro da Providência, na Zona Central do Rio. O nome advém das faveleiras – plantas medicinais comumente encontradas no formato de arbustos e adaptadas ao bioma da caatinga presentes nos morros. Ao se deparar com vegetais semelhantes, os combatentes logo fizeram associação e o nome pegou entre os novos moradores.

Sua proliferação desenfreada, devido à ausência de uma política habitacional bem desenvolvida somada ao intenso fluxo imigratório, serviu como abrigo das classes menos abastadas da população. À medida que o entorno da Baía de Guanabara ganhava aspectos metropolitanos, as favelas passaram automaticamente a ser identificadas pela sociedade civil como periferias. No entanto, com uma peculiaridade. O Rio de Janeiro talvez seja o único lugar do mundo onde a periferia habita, em muitos casos, por conta do relevo acidentado, os espaços mais altos da topografia urbana. Isso somado ao fato das favelas, uma vez identificadas à margem, serem como bolhas instaladas entre os edifícios.

Figura 3: Populações da cidade do Rio de Janeiro e das favelas em números

Ano	Pop. RJ	Pop. Favela	Crescimento Pop. RJ a.a.	Crescimento Pop. Favela a.a.	Pop. Favela / Pop. RJ
1950	2.375.280	169.305	–	–	7,13%
1960	3.300.431	335.063	3,34%	7,06%	10,15%
1970	4.251.918	565.135	2,57%	5,37%	13,29%
1980	5.090.723	722.424	1,82%	2,49%	14,19%
1991	5.480.768	962.793	0,67%	2,65%	17,57%
2000 ¹	5.851.914	1.092.283	0,75%	1,34%	18,66%
2010 ²	6.323.037	1.393.314	0,80%	2,75%	22,03%

Fonte: Censos Demográficos, FIBGE; Iplanrio, 1991; ¹ ²Cálculos do autor.

Na verdade, os guetos sempre existiram no Rio desde a chegada da família real. Não havia, no entanto, demarcação territorial tão bem definida quanto neste momento em diante. A repressão também não é novidade, como já mencionada anteriormente neste capítulo. Entretanto, após o golpe de 1964, a presença policial nas favelas ganhou contornos

específicos. E duas justificativas mobilizadas pelo regime buscaram legitimar a atuação policial do Estado nestes pontos da cidade. “De um lado, a constante afirmação da propensão dos moradores de favelas à criminalidade, a qual possuía raízes já na Primeira República. De outro lado, o medo – propagado principalmente após a Segunda Guerra Mundial – de que os favelados poderiam atuar como base para uma revolução de caráter comunista” (CEV-RIO, 2015, p. 61). O resultado traduziu-se em frequentes atuações policiais, que estiveram longe de se resumir ao assessoramento às operações de remoção³⁹. “Consolidou-se, assim, uma presença não apenas ostensiva e repressiva, como também voltada para o desenvolvimento de uma ampla vigilância e de exaustivas investigações sobre os indivíduos e grupos politicamente atuantes nas favelas cariocas durante a ditadura” (idem).

Tal questão é abordada numa série de reportagens sobre a história da polícia do Rio, publicada entre fevereiro a maio de 2014, no site *RioOnWatch*⁴⁰. Na segunda publicação, Patrick Ashcroft escreve que desde o regime militar a polícia do Rio emprega a mentalidade de “agir primeiro, perguntar depois”. E com base nesse lema nasceu um dos grupos de extermínio mais temidos da década de 1960. À época, o jogo do bicho era prática comum e extremamente rentável, apesar de ilegal. Também era comum, entre os contraventores que lucravam com o jogo de azar, ter criminosos próximos aos pontos de venda administrados como seguranças. Uma vez que estes possuíam certa influência nos arredores e tornavam o negócio viável.

Eis que um desses criminosos, Manuel Moreira, conhecido como Cara de Cavalo, sitiado na Favela do Esqueleto, no bairro do Maracanã, foi abordado pelo detetive da Polícia Civil, primo do brigadeiro Eduardo Gomes e antigo membro da guarda pessoal de Getúlio Vargas, Milton Le Cocq. Ao reconhecer o bandido, o agente imediatamente deu voz de prisão e acabou sendo morto por Cara de Cavalo, que fugiu da cena do crime. O caso motivou a criação da *Scuderie Le Cocq*, organização extraoficial criada por policiais civis para vingar a morte do detetive. O esquadrão da morte, como também ficou conhecido o grupo, era ativado assim que os policiais saíam de serviço e se juntavam para caçar indivíduos considerados bandidos, como o próprio Manuel Moreira, que foi encontrado morto meses

³⁹ Uma das formas mais recorrentes de violação de direitos humanos levada a cabo contra os moradores das favelas cariocas durante a ditadura foram as remoções forçadas, que atingiram mais de 100.000 pessoas no Rio de Janeiro somente entre 1964 e 1973 (VALLADARES, 1978).

⁴⁰ Disponíveis em: <https://rioonwatch.org.br/?p=10231>(1); <https://rioonwatch.org.br/?p=10480>(2); <https://rioonwatch.org.br/?p=10988>(3); <https://rioonwatch.org.br/?p=11428>(4). Acessados, respectivamente, em: 30 e 25 de setembro de 2019; 4 e 6 de outubro de 2019.

após o assassinato de Le Cocq. A fama do esquadrão foi tamanha que chegou ao ponto do secretário de Segurança Pública do Rio do governador Negrão de Lima, general Luiz França de Oliveira (1969 – 1971) escolher a dedo, a fim de assegurar, a qualquer custo, a segurança do povo carioca⁴¹, os ‘Doze Homens de Ouro’⁴², reconhecido assim popularmente.

Um deles, o ex-delegado José Guilherme Godinho, o Sivuca, foi eleito deputado estadual em 1986 pelo PSC – mesmo partido de Witzel – como criador do bordão “bandido bom é bandido morto e enterrado em pé, para ocupar menos espaço”⁴³ (expressão que seis em cada dez cariocas discordam⁴⁴). Na aparição pública mais recente divulgada nas redes sociais, em 2017, José Godinho aparece ao lado do fundador da Furacão 2000, Rômulo Costa, ratificando o slogan⁴⁵. A organização a qual Sivuca fazia parte e chegou a ser presidente de honra, contudo, não foi tão longínqua quanto seu discurso. Em meados de 1970, a *Scuderie* Le Cocq chegou a ter sete mil associados⁴⁶, com sede próxima à favela Paula Ramos, no Rio Comprido, Zona Norte da capital. Mas o redirecionamento do debate público para eleições diretas e subsequente fim do regime militar, em 1985, esvaziaram a aclamação popular pelos grupos de extermínio.

“Vivemos um fim melancólico”, disse Sivuca à Folha de São Paulo, em 2004, alegando que a proximidade da sede, em Paula Ramos, com a área dominada pelos traficantes de drogas causou a interrupção das atividades da organização. De todo modo, a Justiça, em 2000, decretou o fim do grupo com o nome de fundação. Recentemente, em 2015, membros da Associação Filantrópica *Scuderie* Detetive Le Cocq estiveram presentes na ciclovia da Lagoa Rodrigo de Freitas, Zona Sul do Rio, fazendo panfletagem. Segundo o presidente da associação, Humberto Fittipaldi Filho, tratava-se de um trabalho de

⁴¹ Disponível em: http://www.adepolrj.com.br/adepol/noticia_dinamica.asp?id=17843. Acessado em: 31 de outubro de 2019.

⁴² Anibal Beckman dos Santos (Cartola), Euclides Nascimento Marinho, Helio Guaíba, Humberto de Matos, Jaime de Lima, Lincoln Monteiro, Mariel Mariscot, Nelson Duarte, Neils Kaufman (Diabo Loiro), José Guilherme Godinho (Sivuca), Vigmar Ribeiro e Elinto Pires. Segundo o folclore policial, cada um representava uma casa do zodíaco.

⁴³ Disponível em: https://www.facebook.com/search/top/?q=deputado%20sivuca&epa=SEARCH_BOX. Acessado em: 3 de novembro de 2019.

⁴⁴ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-04/seis-em-cada-10-cariocas-discordam-que-bandido-bom-e-bandido-morto>. Acessado em: 4 de outubro de 2019.

⁴⁵ Vídeo disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=1295148427231000>. Acessado em: 3 de novembro de 2019.

⁴⁶ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u122101.shtml>. Acessado em: 3 de novembro de 2019.

conscientização voltado para a população do Rio, que está diante de uma violência desenfreada⁴⁷.

Em ‘Os (In)Visíveis Resquícios da Ditadura no Sistema de Segurança Pública: Reflexões Sobre A Desmilitarização da Polícia Como Medida Indispensável Para A Neutralização dos Dispositivos Autoritários no Estado Democrático de Direito’, Felipe Lazzari da Silveira resume o pensamento expresso neste subcapítulo:

No que tange as diferenças das atividades policiais e militares, é de suma relevância esclarecer que as forças policiais estão incumbidas de fazer a segurança interna do Estado, protegendo os cidadãos, respeitando seus direitos e garantias fundamentais, enquanto o Exército deve exercer a proteção externa em relação às ameaças estrangeiras, o que demonstra claramente a diferença de funções. Diante da distinção entre suas funções, essas instituições devem receber treinamentos diferentes, o que não ocorre na prática, na medida em que mesmo atuando próxima a população civil, as polícias militares recebem treinamento semelhante aos ministrados no âmbito das Forças Armadas. Por pior que seja, visto que a guerra é uma situação extrema e vergonhosa, os integrantes das Forças Armadas são treinados para enfrentar inimigos e suportar as circunstâncias extremas inerentes aos conflitos de grande magnitude, situação que muitas vezes demanda ações contundentes, que muitas vezes consistem na destruição desses indivíduos, sendo oportuna a referência de que, na guerra, o aprisionamento é uma exceção e a morte quase uma regra. De forma diversa, o controle dos conflitos ocorridos no âmbito interno do país não pode, em hipótese alguma, ser empreendido em moldes semelhantes aos verificados em uma guerra, tendo em vista que, por mais grave que seja a ação criminosa praticada por civis, qualquer resposta de natureza militar seria uma medida desproporcional. Assim, tais instituições, normalmente estruturadas em batalhões comandados sob uma rígida hierarquia, onde os agentes recebem treinamento militar direcionado ao enfrentamento do inimigo, naturalmente acabam estabelecendo um padrão de atuação violento, tendo em vista que, seus agentes, também denominados de soldados, são preparados para enfrentar uma guerra e não para exercer suas atribuições de forma respeitosa aos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos, o que pode ser considerado um resquício do período autoritário (SILVEIRA, 2014, p. 5)

2.4. República III

Passados 21 anos, os brasileiros se viram diante de uma oportunidade ímpar: acompanhar, fiscalizar e reivindicar a redemocratização do país. Em contexto diferente a um pós-guerra, como ficou marcado o fim do governo Vargas, em 1945. A promulgação da Constituição de 1988, três anos após a reabertura política, significou para muitos a remoção

⁴⁷ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/extinta-em-2000-scuderie-le-cocq-volta-cena-panfletando-para-incentivar-denuncias-16282911>. Acessado em: 4 de outubro de 2019.

do entulho autoritário acumulado nas duas décadas anteriores. Nomeada, inclusive, de constituição cidadã. Em matéria de Segurança pública, cada unidade da Federação ficou responsável por administrar e dirigir o sistema policial, através da secretaria de segurança pública, ou similares. Medida que delegou aos governos estaduais a resolução dos problemas ligados à segurança. A manutenção de tal serviço nos estados, como já funcionava antes, ficou a cargo da Polícia Civil e da Polícia Militar (PC e PM). A militar exerce policiamento ostensivo e zela pela preservação da ordem pública. Enquanto a civil exerce funções de polícia judiciária e tem por atribuição a apuração de infrações penais, exceto as de caráter militar. A despeito do novo ordenamento, a constituinte “não alterou significativamente a estrutura do aparato de segurança e Justiça Criminal do país herdada do regime militar” (FBSP apud SOUZA, BATTIBUGLI, 2013, p. 1).

Além disso o espaço urbano em geral, especialmente no Rio, sofreu com o aumento do trânsito, com a expansão de centros comerciais e condomínios fechados e, por conseguinte, com o abandono dos espaços públicos tradicionais. As metrópoles do país abriram mais espaço para a segregação e os privatismos, com a expansão exponencial de muros, portões, grades, dispositivos eletrônicos de vigilância e empresas de segurança privada (CALDEIRA, 2001). Nesse contexto, a partir de 1989, a morte violenta se tornou a principal causa de mortalidade no país, com índice de homicídios no Rio de Janeiro, São Paulo e Recife atingindo 40 para cada 100 mil habitantes, ao passo que o índice nacional superou 20 mortes para cada 100 mil habitantes. Ou seja, duas vezes o índice norte-americano e 20 vezes a estatística produzida na Europa Ocidental, ambos na década de 1990 (WACQUANT, 1999, p. 5).

A difusão das armas de fogo e o desenvolvimento fulminante de uma economia estruturada na droga ligada ao tráfico internacional, que mistura o crime organizado e a polícia, acabaram por propagar o crime e o medo do crime por toda a parte no espaço público. Na ausência de qualquer rede de proteção social, é certo que a juventude dos bairros populares esmagados pelo peso do desemprego e do subemprego crônicos continuará a buscar no "capitalismo de pilhagem" da rua (como diria Max Weber), já que não consegue escapar da miséria no cotidiano. O crescimento espetacular da repressão policial nesses últimos anos permaneceu sem efeito, pois a repressão não tem influência alguma sobre os motores dessa criminalidade. (idem)

Nessa toada, as chacinas de Acari, em 1990, da Candelária e de Vigário Geral, ambas em 1993 – se atendo apenas ao Rio de Janeiro – foram golpes duros à esperança alimentada pelos brasileiros no período subsequente à queda da ditadura. As ações, nas quais provou-se

o envolvimento de policiais, alguns integrantes do grupo de extermínio Cavalos Corredores, mataram 40 pessoas no total. Entre elas, 15 menores de idade. Em Vigário Geral, por exemplo, cerca de 50 indivíduos participaram das execuções de 21 pessoas inocentes e apenas sete foram condenados pela Justiça⁴⁸. Hoje, apenas o ex-policial militar Sirlei Alves Teixeira continua detido. A Organização dos Estados Americanos (OEA) condenou, à época, o Brasil por crime contra os direitos humanos. Sanção que acarretou o pagamento mensal de três salários mínimos para as famílias de cada vítima, até os 65 anos de idade⁴⁹. Em 2000, o país foi absolvido perante a organização internacional.

Todas as carências, carência sobretudo de cidadania, eu tive um choque cultural muito grande porque eu esperava encontrar lá, depois daquela chacina de 21 pessoas, absolutamente inocentes, nenhuma delas tinha nada a ver com o tráfico, enfim... que eu ia encontrar uma comunidade cheia de raiva, de ódio, querendo vingança, represália, e eu encontrei luto, encontrei dor só (VENTURA, 2018)⁵⁰

Tais eventos germinaram na população o anseio pela investigação, resolução e aplicação de penas severas em casos semelhantes no futuro. A partir de então, os crimes dolosos contra a vida praticados por militares contra civis passaram da Justiça Militar para a Justiça comum, através da promulgação da Lei Hélio Bicudo, de 1996. O indiciamento e a investigação desses crimes passaram a ser divididos entre a Corregedoria da PM e o delegado de polícia. Os homicídios praticados por policiais militares em serviço ou quando há utilização de arma da corporação, apurados tanto pela PC quanto pela PM (MESQUITA NETO, 1999). É nesse momento, inclusive, que o Instituto de Segurança Pública do Rio (ISP-RJ) é criado. Desde 1999, o ISP se concentrou em ser um órgão de análise de dados e de prestação de contas à sociedade via divulgação de dados e coordenação dos Conselhos Comunitários de Segurança (MONTEIRO, COELHO, RAPIZO, 2017, p. 1). Apesar do ano de criação, a série histórica analisada pelo instituto começa no ano de 1991.

Nessa década, os primeiros estudos relacionados precisamente à Segurança pública – como o presente trabalho – começam a ser realizados. Cria-se, portanto, o hábito de acompanhar de perto os fatos ligados a essa temática, tendo em vista sua importância para a

⁴⁸ Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/rj-record/videos/especial-chacina-de-vigario-geral-rj-completa-18-anos-22102015>. Acessado em: 5 de novembro de 2019.

⁴⁹ Disponível em: <http://www.justificando.com/2019/08/29/29-de-agosto-chacina-de-vigario-geral-que-vinganca-e-essa-que-mata-inocentes/>. Acessado em: 5 de novembro de 2019.

⁵⁰ Palavras do jornalista Zuenir Ventura, que cobriu a repercussão da chacina de Vigário Geral por dez meses e, em 1994, publicou o livro ‘Cidadania Partida’. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=krmtQkFwJqM>. Acessado em: 5 de novembro de 2019.

sociedade civil. A questão comumente levantada nas considerações finais dessas pesquisas gira em torno da eficiência das políticas públicas voltadas para a área. E porque não há mudança nos pontos de fragilidade desse setor. Pois ainda que a violência policial continue sendo problema de difícil solução no Brasil, as elites da segurança pública mantêm o discurso de que é preciso ampliar o sistema policial para haver repressão qualificada da criminalidade. Mas é exatamente em relação ao crime que as polícias têm sua eficácia e seu sucesso mais questionados. Os índices de solução de crimes são muito baixos – apenas 3,5% das mortes em operações policiais chegaram à Justiça nos últimos três anos⁵¹. Os recursos, cada vez maiores, dirigidos para a implantação de táticas para a prevenção eficaz do crime também oferecem resultados insatisfatórios (SOUZA apud SOUZA; BATTIBUGLI, p. 15). Os estudos, no entanto, não chegaram ao consenso quanto à capacidade das polícias em controlar e, muito menos, em diminuir essa ocorrência (BAYLEY apud idem).

Essa preocupação com a letalidade decorrente das ações regulares de policiamento é muito recente no Brasil. Ela data de cerca de dez anos. As mortes de civis e policiais passaram a ser entendidas como problema de gerenciamento e de qualidade do serviço prestado pela polícia e, assim, devem ser diagnosticadas e minimizadas por meio de políticas públicas específicas, que devem procurar aprimorar o uso da força e reduzir o nível de seu uso excessivo. Para tanto, é necessário elaborar conceitos capazes de articular a coleta de dados sobre esse recurso, o monitoramento permanente de sua utilização e os princípios orientadores das ações da polícia. (SOUZA, BATTIBUGLI, 2013, p. 16)

Para Rubens Cesar, coordenador do Movimento Viva Rio, nunca tinha passado pela sua cabeça que justamente a violência seria a força motriz de uma série de produções com o objetivo de combatê-la. “A gente nunca havia pensado em violência como um assunto de mobilização social. As campanhas eram em geral em torno de assuntos sociais, a fome, o emprego, os salários, a democracia. A violência não era tema de movimento social; e nasceu ali, falou-se assim: isso é demais, isso é um absurdo”⁵²

Um estudo realizado pelo Centro de Pesquisas do Ministério Público do Rio de Janeiro (CENPE/MPRJ) afirma que o aumento do número de mortes em ações policiais não tem relação direta com a redução da criminalidade no estado. Ao comparar dados do próprio ISP, a pesquisa diz

⁵¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/05/16/em-3-anos-mprj-so-consegue-denunciar-35percent-dos-casos-de-morte-em-operacoes-policiais.ghtml>. Acessado em: 6 de novembro de 2019.

⁵² Fala disponível em: <http://www.justificando.com/2019/08/29/29-de-agosto-chacina-de-vigario-geral-que-vinganca-e-essa-que-mata-inocentes/>. Acessado em: 5 de novembro de 2019.

que a letalidade policial não provoca queda no número de crimes. Se comparados os oito primeiros meses de 2019 ao mesmo período de 2018, por exemplo, verifica-se que o número de homicídios dolosos teve queda de 21,5% no estado. Em contrapartida, as mortes por intervenção policial aumentaram em 16%. “O Rio possui a polícia mais letal do Brasil, embora não esteja dentre os dez estados mais violentos do país. A letalidade policial não está relacionada à variação de crimes contra a vida e contra o patrimônio”, afirmou a pesquisadora do CENPE/MPRJ, Joana Monteiro⁵³. Além disso, a coleta de dados trouxe a público números alarmantes.

De 1991 a 2018, a taxa média de letalidade violenta – somatório de homicídio doloso, roubo seguido de morte (latrocínio), lesão corporal seguida de morte e morte decorrente de intervenção de agente do Estado – no estado do Rio de Janeiro foi de 6.956 mortes⁵⁴, equivalente a 47 mortes por cem mil habitantes⁵⁵, enquanto a média nacional no último levantamento, em 2017, é de 31,6. Aliás, desses 28 anos, a média brasileira só esteve à frente em 2012, quando o Rio computou 29,40 mortes por cem mil habitantes ante 29,41 em âmbito nacional, segundo dados do ‘Atlas da Violência’, do FBSP, fundado em 2006, e do ‘Mapa da Violência: Jovens do Brasil’, de Jacobo Waiselfisz, publicado em 1998. Comparados o índice médio de letalidade violenta do estado do Rio por 100 mil habitantes, entre 1991 a 2018, e a lista dos países com maior número de homicídios (letalidade violenta + homicídios culposos⁵⁶) em 2017, é possível **simular**⁵⁷ o estado fluminense na quarta posição. Atrás de El Salvador, Jamaica e Venezuela (Figura 3).

Em contrapartida, o recorte 2008-2018 é favorável ao estado do Rio quanto à redução da letalidade violenta (Figura 4). Entre os cinco primeiros estados com maiores taxas de homicídio ao longo de toda década de 1990, o Rio de Janeiro, a partir de 2008, apresentou os menores índices de letalidade violenta da série histórica. Desde então, figurou-se próximo à décima colocação, de acordo com estudos do FBSP. Ainda que continue sendo o estado do Sudeste com a maior taxa de letalidade violenta por cem mil habitantes e, em números absolutos, siga entre os primeiros colocados. Haja vista a terceira maior população entre as unidades federativas, com cerca de 16 milhões de habitantes em todo território.

⁵³ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/29/violencia-policial-nao-diminui-ocorrencia-de-crimes-no-rj-aponta-estudo-do-ministerio-publico.ghtml>. Acessado em: 6 de novembro de 2019.

⁵⁴ Disponível em: <http://www.ispdados.rj.gov.br/Arquivos/SeriesHistoricasLetalidadeViolenta.pdf>. Acessado em: 6 de novembro de 2019.

⁵⁵ Grifo do autor.

⁵⁶ Quando a Justiça interpreta que a(o) ré(u) não houve intenção de matar.

⁵⁷ Grifo do autor.

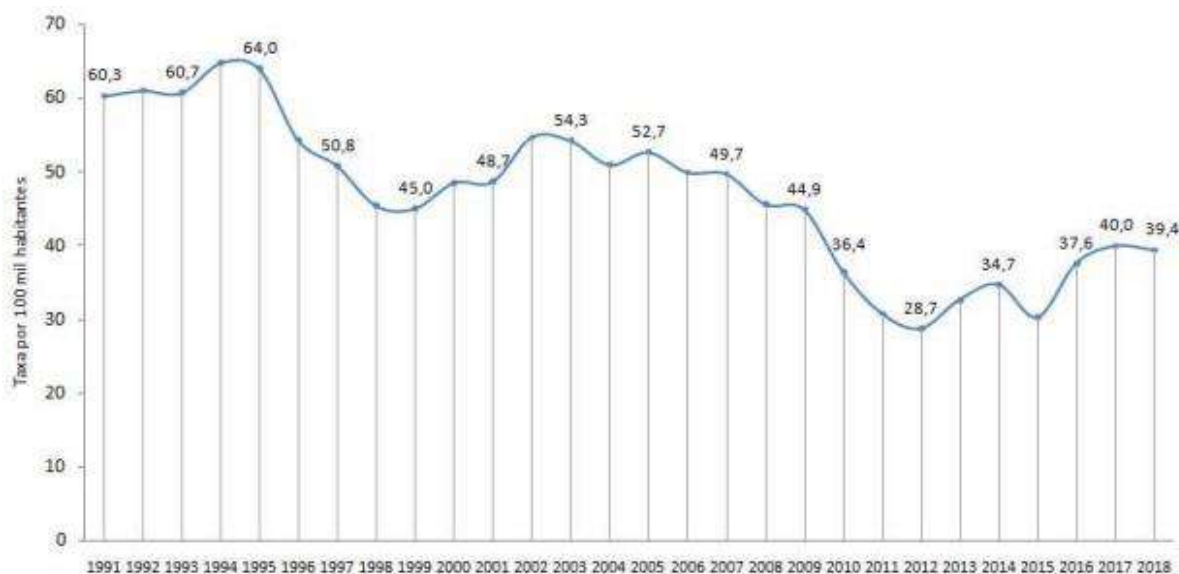
Figura 4: Lista dos 20 países com mais homicídios no mundo, baseada na taxa de homicídios por cem mil habitantes

	País	Região	Nº Absoluto	Taxa de Homicídios por 100 mil	Ano
1	El Salvador	América Latina	3.954	60.0	2017
2	Jamaica	América Latina	1.616	56.0	2017
3	Venezuela	América Latina	16.046	53.7	2017
4	Honduras	América Latina	3.791	42.8	2017
5	S. Cristóvão e Nevis	América Latina	23	42.0	2017
6	Lesotho	África	897	41.2	2015
7	Belize	América Latina	142	37.2	2017
8	Trindad e Tobago	América Latina	494	36.0	2017
9	S. Vicente e Granadinas	América Latina	39	35.5	2016
10	África do Sul	África	18.673	34.3	2015
11	Santa Lúcia	América Latina	57	34.0	2017
12	Bahamas	América Latina	123	31.0	2017
13	Brasil	América Latina	57.395	27.8	2016
14	Guatemala	América Latina	4.410	26.1	2017
15	Antigua e Barbuda	América Latina	20	25.0	2017
16	Colômbia	América Latina	10.200	22.0	2017
17	México	América Latina	25.339	20.4	2017
18	Porto Rico	América Latina	670	19.4	2017
19	Namíbia	África	372	17.2	2012
20	República Dominicana	América Latina	12	16.7	2013

Fonte: Instituto Igarapé⁵⁸

⁵⁸ Disponível em: <https://igarape.org.br/apps/observatorio-de-homicidios/>. Acessado em: 18 de novembro de 2019.

Figura 5: Série histórica da taxa de letalidade violenta por 100 mil habitantes



Fonte: ISP-RJ⁵⁹

Tal redução de letalidade violenta deve ser vista sob a ótica da influência do Estatuto do Desarmamento (sancionado em 2003) sobre as mortes causadas por arma de fogo no país, que em 2019 representou 72,4% dos óbitos no país⁶⁰. Segundo o IPEA, de 1989 a 2003, os assassinos por arma de fogo no país cresciam 5,5% ao ano. Após o estatuto entrar em vigor, esse crescimento foi reduzido a menos 1% ao ano⁶¹. “O que dizem os estudos internacionais? Que uma arma de fogo dentro de casa faz aumentar, dependendo do tipo de incidente, de cinco a dez vezes a chance de alguém daquela casa morrer pelo uso da arma”, afirma o autor da pesquisa, Daniel Cerqueira.

Apesar da vasta produção de dados e conteúdos a respeito de Segurança pública, os governos fluminenses seguiram priorizando o órgão policial como provedor de soluções no setor. “A polícia é um elo de uma corrente chamada Segurança pública”⁶², afirmou o ex-secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame. Após o primeiro governo de Leonel Brizola (1983 – 1987), quando o mandatário decidiu pôr fim aos abusos de autoridade nas

⁵⁹ Disponível em: <http://www.ispdados.rj.gov.br/Arquivos/SeriesHistoricasLetalidadeViolenta.pdf>. Acessado em 6 de novembro de 2019.

⁶⁰ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/atlas-da-violencia-2019-numero-de-mortos-por-armas-de-fogo-cresce-68-atinge-patamar-inedito-23718281>. Acessado em: 26 de novembro de 2019.

⁶¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/06/05/estatuto-do-desarmamento-ajudou-a-reduzir-homicidios-no-pais-diz-ipea.ghtml>. Acessado em: 14 de novembro de 2019.

⁶² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sPZMnq0d3pc>. Acessado em 6 de novembro de 2019.

operações policiais e impediu a realização de qualquer ação sem o seu consentimento, todos os governadores seguintes bateram na tecla de repressão ao crime organizado. Isso porque a medida do pedetista contribuiu para o fortalecimento de Grupos Criminosos Armados (GCA) que, segundo levantamento da extinta Secretaria de Segurança Pública, controlavam 843 áreas no território fluminense até 2017⁶³. Para muitos o governador é culpado pela existência do poder paralelo presente atualmente nas favelas, para outros tratava-se de um processo inevitável, dada a insurgência dos GCA nos presídios, ainda na ditadura e a proliferação, a nível exponencial, de conjuntos habitacionais de baixa renda e marginalizados ao longo das décadas.

Impasse à parte, o documentário ‘Relatos do Front’ (2018) mostra, em sequência, os governadores Moreira Franco (1987 – 1991), Marcello Alencar (1995 – 1998), Anthony Garotinho (1999 – 2002), Rosinha Garotinho (2003 – 2006), Sérgio Cabral Filho (2007 – 2014) e Luiz Fernando Pezão (2014 – 2018) prometendo operações policiais e repressão ao tráfico de drogas como soluções à problemática envolvendo a Segurança pública no estado. Não obstante tais discursos, que reforçaram o bordão de Sivuca (página 12), houve aplicação de políticas alternativas na área. Pelo menos a tentativa. A primeira delas sob comando do coronel Nazareth Cerqueira, chefe da PM nos governos Brizola. Utilizando documentos de policiamento comunitário traduzidos do inglês e incluídos em manuais de treinamento policial do exterior, Cerqueira inaugurou o Grupo de Aplicação Prático-Escolar (GAPE), no Morro da Providência. O intuito: apresentar à sociedade um modelo de polícia cidadã.

No modelo tradicional, a força tem sido o primeiro e quase único instrumento de intervenção, sendo usada frequentemente da forma não profissional, desqualificada e inconsequente, não poucas vezes à margem da legalidade. a logística atual da polícia de controle é pesada, enquanto a da polícia cidadã é leve; a formação da polícia de controle é boa, mas é etnocêntrica, não integrada, e a da polícia cidadã é mais interativa, unificada; a disciplina na polícia de controle é autoritária, centrada nas atitudes inadequadas, na apresentação, na uniformização de policiais, enquanto na polícia cidadã deve estar baseada na ampla defesa do policial (BENGOCHEA, GUIMARÃES, GOMES, ABREU, 2004, p. 119-125).

A proposta, no entanto, não vingou a médio prazo. Em 1994, no segundo mandato de Brizola, uma unidade semelhante foi instalada em Copacabana. Em 2000, o subsecretário de Segurança, Justiça e Cidadania do Rio no governo Garotinho, Luiz Eduardo Soares,

⁶³ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/estado-do-rio-tem-843-areas-dominadas-por-faccoes-criminosas-21710854>. Acessado em: 6 de novembro de 2019.

ajudou a implementar o Grupo de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE), espelhado no GAPE, nos morros do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho. A iniciativa tinha como objetivos principais: reduzir o acesso a armas de fogo; manter jovens fora da vida do crime; eliminar as práticas violentas das polícias. “Durante todos esses meses desde a introdução do GPAE, nem um único morador e nem um único policial foram mortos em intervenções policiais. Nos poucos incidentes com a polícia que envolveram tiros, não houve vítimas fatais” (TYLER, 2007, p. 200)⁶⁴

O projeto foi ampliado às favelas da Formiga, Vila Cruzeiro, ambas na Zona Norte, Chácara do Céu, na Zona Sul e Morro do Cavalo, em Niterói. Mas os diretores dessas unidades não tiveram a mesma formação e não compartilhavam dos mesmos valores que fundaram o GPAE. Por fim, o projeto nunca foi amplamente apoiado pelo Estado, pois demandava investimento a média e longo prazo – traduzido em funcionários, material, recurso e tempo – e interesse real das autoridades.

2.5. República IV

Após a escolha do Rio de Janeiro como sede da Jornada Mundial da Juventude de 2013, das finais da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014, ambas no Maracanã, e como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, as autoridades brasileiras se viram na obrigação de dar uma satisfação à opinião pública internacional. Sobretudo a respeito dos problemas envolvendo a Segurança pública, a exemplo do que publicou o *Los Angeles Times*, no dia 22 de junho de 2016, às vésperas dos jogos: ‘*Can Brazil protect the Olympic Games and its own citizens?*’⁶⁵. Para tanto, os governos federal, estadual e municipal, respectivamente governados por Luís Inácio Lula da Silva (PT), Sérgio Cabral e Eduardo Paes (ambos do PMDB), se alinharam em torno de uma agenda de “pacificação, que encurrala os criminosos e diminui a força do poder paralelo”, como afirmou o próprio Cabral

⁶⁴ Passagem original: “*During all these months since GPAE had been introduced, not a single resident and not a single policemen had been killed in police intercentions. In the few incidents with the police that involved shooting, there were no fatal victims*” (tradução do autor)

⁶⁵ Disponível em: <https://www.latimes.com/opinion/op-ed/la-oe-muggah-thompson-rio-games-security-20160622-snap-story.html>. Acessado em: 8 de novembro de 2019.

após ocupações do Complexo de Manguinhos e da Favela do Jacarezinho, que empenharam cerca de dois mil homens, entre policiais e fuzileiros navais⁶⁶, em outubro de 2012.⁶⁷

De acordo com decreto-lei 42.787, de 6 de janeiro de 2011, promulgado pelo governador à época, os objetivos das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's) eram consolidar o controle estatal sobre comunidades sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada; devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena que garanta o desenvolvimento tanto social quanto econômico; permitir a entrada ou a expansão dos serviços públicos e da iniciativa privada, tradicionalmente limitada pela ação do poder paralelo dos grupos criminosos; aumentar a formalização das atividades econômicas e dos serviços no local, bem como da vida dos moradores em geral, historicamente submetidos a condições de informalidade; contribuir a uma inserção maior desses territórios e seus habitantes no conjunto da cidade, desativando a visão tradicional de 'cidade partida' que caracteriza o Rio de Janeiro.

E até certo ponto o projeto apresentou resultados efetivos. De 2005 a 2014, a taxa de homicídios da cidade reduziu de 42 por cem mil habitantes a 24 por cem mil habitantes. Além disso, os assassinatos cometidos por policiais no estado do Rio diminuíram de 1.330, em 2007, para 415 em 2012 (ASHCROFT, 2014). Ademais, “a presença policial é intensa [nas áreas com UPP's], tal que a razão de policiais militares por habitante, que é de 2,3 por mil habitantes no estado do Rio de Janeiro, passa para 18 por mil no conjunto das primeiras 13 UPP's” (CANO, BORGES, RIBEIRO, 2012, p. 194). Apesar dos sinais positivos apresentados, as UPP's conviviam com uma linha tênue entre a polícia comunitária, próxima à população local e disposta a resolver problemas cotidianos, e a polícia cujo *ethos* secular estimula a supressão dos direitos legais dos cidadãos para pôr suas ações em prática. Tensão que foi representada pelo envolvimento da polícia no sumiço de Amarildo⁶⁸, em 2013⁶⁹. Desse episódio em diante, a credibilidade do projeto perante a população sofreu abalo substancial.

⁶⁶ Convocados, assim como os demais agentes da FFAA, devido à emissão das ações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) – dispositivo da Constituição de 1988 previsto no artigo 142 – pela ex-presidente Dilma Rousseff. Apenas a Presidência da República possui autonomia para tal, segundo a Carta Magna.

⁶⁷ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/apos-ocupacao-cabral-confirma-upps-em-manguinhos-jacarezinho-6393575>. Acessado em: 8 de novembro de 2019.

⁶⁸ Em julho de 2013, o pedreiro e morador da Rocinha Amarildo Dias de Souza, de 42 anos, foi levado por policiais militares para prestar esclarecimentos na sede da UPP local e nunca mais foi visto.

⁶⁹ Ano das maiores manifestações da história do país em números absolutos. As quais a polícia do Rio foi, mais uma vez, convocada para manter a ordem pública. A melhoria nos serviços públicos e o combate à corrupção atrelado à reforma política eram as principais reivindicações.

Somado ainda à impunidade em casos de mortes extrajudiciais cometidas por policiais, como demonstrou, com provas críveis, o relatório *O Bom Policial Tem Medo*, do instituto *Human Right Watch*, publicado em 2015. Em 64 casos analisados, o estudo conferiu 116 mortes, sendo 24 de crianças e adolescentes. Desses casos, em 36 os promotores de justiça não apresentaram denúncias contra os policiais envolvidos, “apesar de claros indícios de acobertamento do uso ilegal da força letal por parte da polícia. Apenas oito dos 64 casos foram a julgamento e apenas quatro resultaram em condenação” (HUMANS RIGHT WATCH, 2016, p. 56).

Esse esforço mais amplo – cujo projeto principal é a implementação de um modelo de policiamento comunitário em áreas com alto índice de criminalidade – se mostrou, de início, muito promissor. O número de homicídios cometidos pela polícia e de homicídios como um todo caiu significativamente entre 2009 e 2013. Porém, esse esforço parece estar desmoronando, em grande parte porque o estado não atacou o fator talvez mais importante na perpetuação das execuções pela polícia: a impunidade (idem, p. 11)

Para a deputada estadual e presidente da Comissão de Direitos Humanos da Alerj, Renata Souza (PSOL)⁷⁰, a falência das UPP’s era premeditada. “As UPP’s não deram certo porque você jogou dentro de um barril de pólvora outro barril de pólvora”. Para ela, não houve a realização do ideário social previsto no planejamento inicial. “Chegou-se primeiro com o braço armado e se mantiveram só com o braço armado do Estado. A gente não teve a concretude do que poderia ser um projeto de integração concreta, com o acesso à educação, saúde, cultura, empregabilidade”. Por fim, a parlamentar pontua a falta de longevidade como fator determinante para a decadência do programa. “Tratou-se de uma política de governo, não uma política de Estado”.

Após o sonho olímpico, o Rio de Janeiro acordou com o ex-governador Sérgio Cabral preso e com um rombo de R\$ 22 bilhões nas contas públicas⁷¹. E as UPP’s, com 37 unidades instaladas e sem muita perspectiva, com folha salarial anual estimada em torno de R\$ 567 milhões⁷². Prefeitura e governo do estado ainda contabilizaram, segundo informações obtidas pelo Jornal O Globo em 2016, R\$ 3,85 bilhões em gastos de manutenção nas áreas

⁷⁰ Em entrevista ao autor. Rio de Janeiro. No dia 6 de setembro de 2019

⁷¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/blog/edimilson-avila/post/2019/01/31/rombo-nas-contas-do-rj-em-2018-foi-maior-que-o-imaginado-quase-r-22-bilhoes.ghtml>. Acessado em: 9 de novembro de 2019.

⁷² Segundas informações disponíveis nos seguintes sites: <https://exame.abril.com.br/brasil/a-falencia-das-upps/>; <https://www.otempo.com.br/cidades/no-rj-cada-upp-custa-r-6-mi-1.558595>. Acessado em 9 de novembro de 2019.

com UPP desde o início do programa. Diante desse quadro escasso e oneroso – sem contar os demais gastos públicos – o sucessor de Cabral, Luiz Fernando Pezão (PMDB), foi obrigado a assinar, em 2017, um termo de compromisso com a União a fim de estabelecer um Regime de Recuperação Fiscal (RRF) para o estado.

Nesse contexto de austeridade, os índices de criminalidade dispararam e o fator novo das UPP's não surtia mais efeito. Houve até uma série de ataques a unidades situadas nas zonas Norte e Oeste da capital⁷³. O início de 2018 foi o momento mais crítico. Segundo dados disponíveis no site do ISP (<https://www.ispvisualizacao.rj.gov.br:4434/index.html>), o total de roubos no primeiro trimestre desse ano, por exemplo, superou todos os parâmetros desde 2003. Bem como o roubo de carga, atividade intensificada pelas facções criminosas nos últimos anos como alternativa à repressão policial ao tráfico de drogas. Diante deste cenário calamitoso, o governo do Rio, em comunhão com o governo federal, decidiu acionar um dispositivo da Constituição que prevê uma intervenção federal das Forças Armadas na área de segurança pública em casos extremos. E não fora a primeira vez que os governantes convocaram as forças federais para cuidar dos problemas do Rio com a Segurança Pública (ver Figura x no apêndice).

Para o Procurador-geral da Justiça Militar, Jaime de Cássio Miranda, uma intervenção federal na segurança pública de um estado evidencia a ineficiência do governo no setor. “Para um governador, [a intervenção federal] é um atestado de incapacidade de não cuidar da segurança pública da forma como deveria. No instante que ele [o governador] baixa a guarda e pede intervenção federal, ele está assinando que foi incapaz de administrar aquilo”, afirma o presidente do Ministério Público Militar (MPM).

Não adianta fazer nenhum tipo de ação em segurança pública sem outras providências de ordem social. Sem política pública, só combater o crime não resolve. Não adianta cercar uma comunidade, tirar as barricadas, procurar as armas, prender quem estiver com mandado em aberto, se não vier com política pública junto⁷⁴

⁷³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/01/1947335-rio-comeca-o-ano-com-ataque-a-upp-no-jacarezinho-e-tiroteio-na-rocinha.shtml>; <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/11/05/jovem-e-morto-em-confronto-entre-pms-e-criminosos-em-manguinhos.ghtml>; <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1901909-policial-e-morto-no-rio-apos-ataque-de-trafficantes-na-upp-da-mangueira.shtml>; <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/criminosos-atacam-policiais-da-upp-cidade-de-deus-no-rio.ghtml>. Acessado em 9 de novembro de 2019.

⁷⁴ Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/paginasazuis/2018/04/o-custo-da-intervencao-federal.html>. Acessado em: 13 de novembro de 2019.

A Intervenção Federal, decretada no dia 16 de fevereiro de 2018, previa que o interventor, o general do Exército Walter Souza Braga Netto, assumisse o comando da Segurança Pública do Estado do Rio, bem como a gerência das polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros e o sistema carcerário estadual⁷⁵, até o dia 31 de dezembro de 2018. Nesse período “o modelo intervencionista, custoso⁷⁶ e insustentável a longo prazo, mostrou-se pouco efetivo diante de instituições policiais locais que necessitam de reformas estruturais, combate à corrupção e choque de eficiência em inteligência” (CESEC, 2019, p. 35).

Sem apresentar novidades efetivas, a experiência intervencionista gerou, em relação a 2017, redução nos roubos de carga (17,2%), crimes contra a vida (1,7%) e apreensão de armas pesadas (8,2%). Enquanto houve aumento nos roubos de rua (1%), tiroteios (56,6%) e mortes efetuadas por agentes da segurança pública (36%) (CESEC, 2019). Em busca de efetivo policial, a intervenção extinguiu, segundo a Secretaria de Segurança, as UPP’s do Batan, na Zona Oeste, de São Carlos e da Coroa/Fallet-Fogueteiro, ambas no Centro. Além de transformar as unidades da Vila Kennedy e da Cidade de Deus, ambas na Zona Oeste, Mangueirinha, na Baixada Fluminense e Camarista, na Zona Norte, em companhias destacadas – unidades vinculadas a um batalhão próximo localizado fora da comunidade⁷⁷.

Ou seja, das 37 UPP’s herdadas por Pezão, mais a unidade da Vila Kennedy – única criada em seu mandato –, em pelo menos sete delas houve mudanças profundas durante a intervenção federal. A própria unidade que leva o nome do ex-presidente estadunidense assassinado em 1963 foi escolhida como plano piloto da intervenção. Isso porque dos R\$ 46 milhões empenhados até 30 de junho, R\$ 16 milhões (34%) foram destinados à Vila Kennedy. Enquanto do efetivo total (cerca de 96 mil soldados), 16 mil (16%) foram alocados somente na favela da Zona Oeste da capital⁷⁸. Uma comparação entre os meses de março e dezembro de 2017 e 2018, feita pelo UOL, concluiu que durante a intervenção houve aumento do número de homicídios dolosos (14%) e do registro de tiros e tiroteios na região

⁷⁵ Que teve aumento do déficit de vagas em 1.574% de 2010 a 2016 e, atualmente, abriga 23 mil detentos além do suportável nas 27 unidades existentes no estado. Segundo informações obtidas em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/10/rj-tem-deficit-de-mais-de-23-mil-vagas-no-sistema-carcerario-diz-mp-rj.html>; <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/10/rj-tem-deficit-de-mais-de-23-mil-vagas-no-sistema-carcerario-diz-mp-rj.html>. Acessado em 13 de novembro de 2019.

⁷⁶ A lei nº 13.700, de 2 de agosto de 2018, abriu crédito de 1,2 bilhão para a Intervenção Federal.

⁷⁷ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/12/22/upp-10-anos/>. Acessado em: 13 de novembro de 2019.

⁷⁸ Informações obtidas em: <https://theintercept.com/2018/07/31/operacoes-intervencao-custaram-46-milhoes/>. Acessado em: 13 de novembro de 2019.

da Vila Kennedy (182%)⁷⁹, segundo dados retirados do ISP e da plataforma digital Fogo Cruzado, respectivamente.

Em contrapartida, os agentes federais conseguiram reduzir, na região da Vila Kennedy, os seguintes índices: mortes por agentes de segurança (30%); roubos de carga (16%); roubos de veículos (24%); tentativas de homicídio (25%). Mas entre os índices estritamente relacionados ao desempenho policial, não houve retorno satisfatório. Como a redução do cumprimento de mandados de prisão em 30%, bem como as prisões em flagrante (16%) e os cumprimentos de mandados de busca e apreensão (7,5%). O único índice dessa lista que aumentou foi a apreensão de drogas (27%).

Uma pesquisa do FBSP encomendada ao DataFolha sobre o balanço da intervenção ouviu 843 pessoas de mais 16 anos, em pontos de capital fluminense com fluxos populacionais, entre 23 e 25 de janeiro de 2019. O resultado, ao mesclar o medo de alguma situação acontecer no cotidiano, a probabilidade desta situação acontecer e os índices de vitimização no período da intervenção, foi a manutenção da opinião pública sobre a efetividade da segurança pública no estado. O estudo concluiu que o panorama e o contexto da segurança pública do Rio não foram alterados no seu plano macro.

E, não obstante os esforços empreendidos, que mobilizaram milhares de homens e mulheres das FFAA, a operação acabou surgindo como algo extremamente caro e com resultados que nos lembra que segurança pública exige a integração de esforços mas também a coordenação federativa (União, Estados e Municípios) e republicana (entre Poderes e órgãos de Estado). Sem um novo modelo de governança para a área, iniciativas bilionárias ou pacotes legislativos não conseguirão surtir os efeitos necessários. (FBSP, 2019, p. 3).

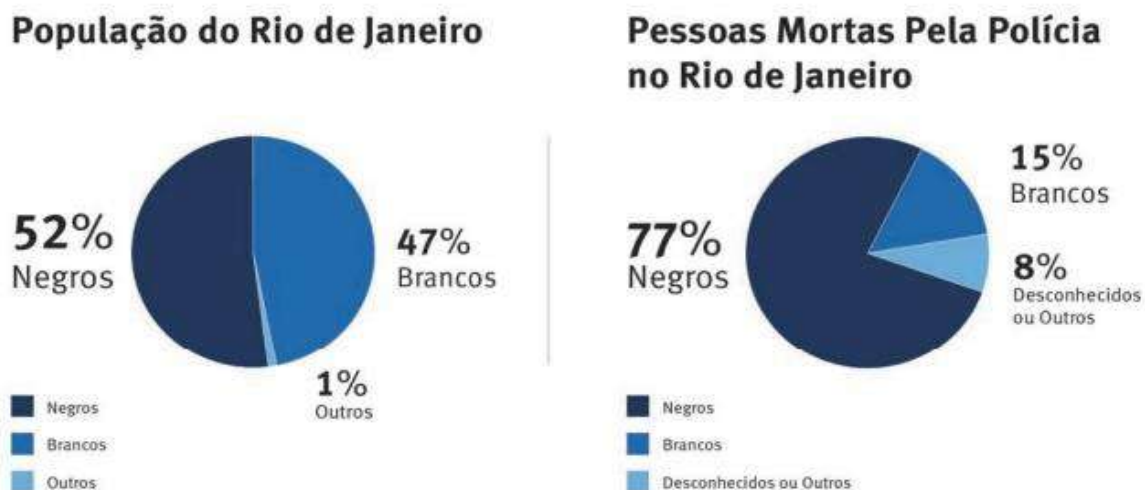
Assim que o ex-presidente Michel Temer decretou a Intervenção Federal, tanto Braga Netto quanto Miranda trataram o Rio de Janeiro como um laboratório para o país, uma caixa de ressonância na qual a experiência intervencionista teria grande repercussão a nível nacional⁸⁰. “O Rio de Janeiro é a décima cidade mais perigosa do Brasil, tinha nove outras cidades que poderiam ter recebido intervenção militar e não receberam”, alega Renata Souza, que ainda comenta a alusão de que o Rio seria um ambiente experimental a servir de exemplo para o país. “É o laboratório onde os ratos são negros e vivem nos esgotos da favela.

⁷⁹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/02/14/laboratorio-da-intervencao-vila-kennedy.htm>. Acessado em: 13 de novembro de 2019.

⁸⁰ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mFwtn6_tyaM. Acessado em: 13 de novembro de 2019.

Então são esses ratos negros que vão morrer”. Conforme mostra o gráfico abaixo, referente ao índice de letalidade violenta no ano de 2018 no estado.

Figura 6: Comparação entre a população do Rio e o perfil que a polícia mata



Fonte: *Human Right Watch*

E de acordo com o *Retrato da Violência*, produzido pela FBSP, de todos os policiais mortos entre 2015 e 2016 no Brasil, 56% são negros. Recortando essa estatística para mortes de agentes em intervenções policiais, o número de negros mortos sobe para 76%.

Por fim, o espólio gerado pela intervenção equipou, em larga escala, o sistema de Segurança Pública do Rio. Do 1,2 bilhão colocado à disposição pela União em fevereiro de 2018, R\$ 28,5 milhões foram estornados ao governo federal e R\$ 200 milhões foram destinados às Forças Armadas. O restante foi aplicado nas despesas da própria intervenção⁸¹ e na aquisição de uma série de equipamentos destinados às polícias Civil e Militar, ao Corpo de Bombeiros e à Secretaria de Administração Penitenciária (Seap). De acordo com as informações disponibilizadas pelo Gabinete de Intervenção Federal (GIF), três helicópteros que serão entregues até janeiro de 2021 – dois deles com câmeras com mira a laser acopladas –, 27.360 pistolas, 14.145 coletes à prova de balas, três mil fuzil, um simulador de tiro de 180°, câmeras de segurança e sistema de videomonitoramento em 54 presídios e hospitais da

⁸¹ A qual contou com 18 mil agentes de fevereiro a dezembro de 2018, circulando diariamente pelas vias do Rio de Janeiro. Entre os gastos informados pelo GIF, voltados exclusivamente à execução da intervenção, estão equipamentos de proteção, manobra e patrulhamento, veículos, softwares, aparelhos de comunicação, explosivos e munição.

Seap, além de reformas e treinamentos de capacitação, no valor total de R\$ 319 milhões⁸², foram entregues às forças de segurança do Rio pela intervenção.

A fim de “dar continuidade ao trabalho” e “não deixar voltar” indicações políticas para cargos técnicos na polícia, segundo palavras de Braga Netto⁸³, o ex-governador Luiz Fernando Pezão e o próprio interventor assinaram, em setembro de 2018, o Plano de Transição da Intervenção Federal, cujos preceitos básicos são: continuar com o trabalho de saneamento das polícias; identificar gargalos administrativos para que as aquisições sejam feitas de modo republicano; fortalecer as polícias como órgãos de Estado; aumentar a autoestima dos policiais⁸⁴. “O novo governador vai receber esse plano e fazer a transição”, afirmou Pezão à época.

Pensando na transição, a intervenção também produziu o Plano Integrado de Segurança Turística (PIST)⁸⁵. Com enfoque na valorização do turismo como atividade econômica, as autoridades estabeleceram uma série de condutas a serem seguidas pelo sucessor de Pezão. Com o lema “Juntos por um Rio mais positivo”, o programa busca capacitar os agentes para lidar com estrangeiros e reforçar a segurança nas áreas onde os turistas se concentram, como terminais e corredores de transporte, regiões hoteleiras e proximidades de locais onde costumam ocorrer eventos, conforme o ex-secretário de Segurança durante a intervenção, general Richard Nunes, explicou ao Estado de São Paulo. Na ocasião, Nunes ainda tratou o turismo como possível alavanca de uma retomada econômica fluminense.

O que não se esperava nesse processo de transição, no entanto, era a prisão do governador. No dia 29 de novembro de 2018, por volta das seis horas da manhã, a polícia federal – com base em comprovações de que Luiz Fernando Pezão deu prosseguimento ao mesmo esquema de corrupção que condenou o antecessor Sérgio Cabral – prendeu o ex-governador enquanto ele se preparava para a refeição matinal. A notícia, exatamente um mês

⁸² Informações obtidas em: https://oglobo.globo.com/rio/intervencao-comprou-de-drones-cameras-olhos-de-aguia-para-policia-23386823?fbclid=IwAR3dDy6Gyhd-STZsGwsHQF5wFornHYShPAN_D6s96SY2zOIkRZcxyXVSf5Q; <https://oglobo.globo.com/rio/rio-ainda-recebera-27-mil-pistolas-3-helicopteros-3-mil-viaturas-da-intervencao-federal-23711311>. Acessado em: 14 de novembro de 2019.

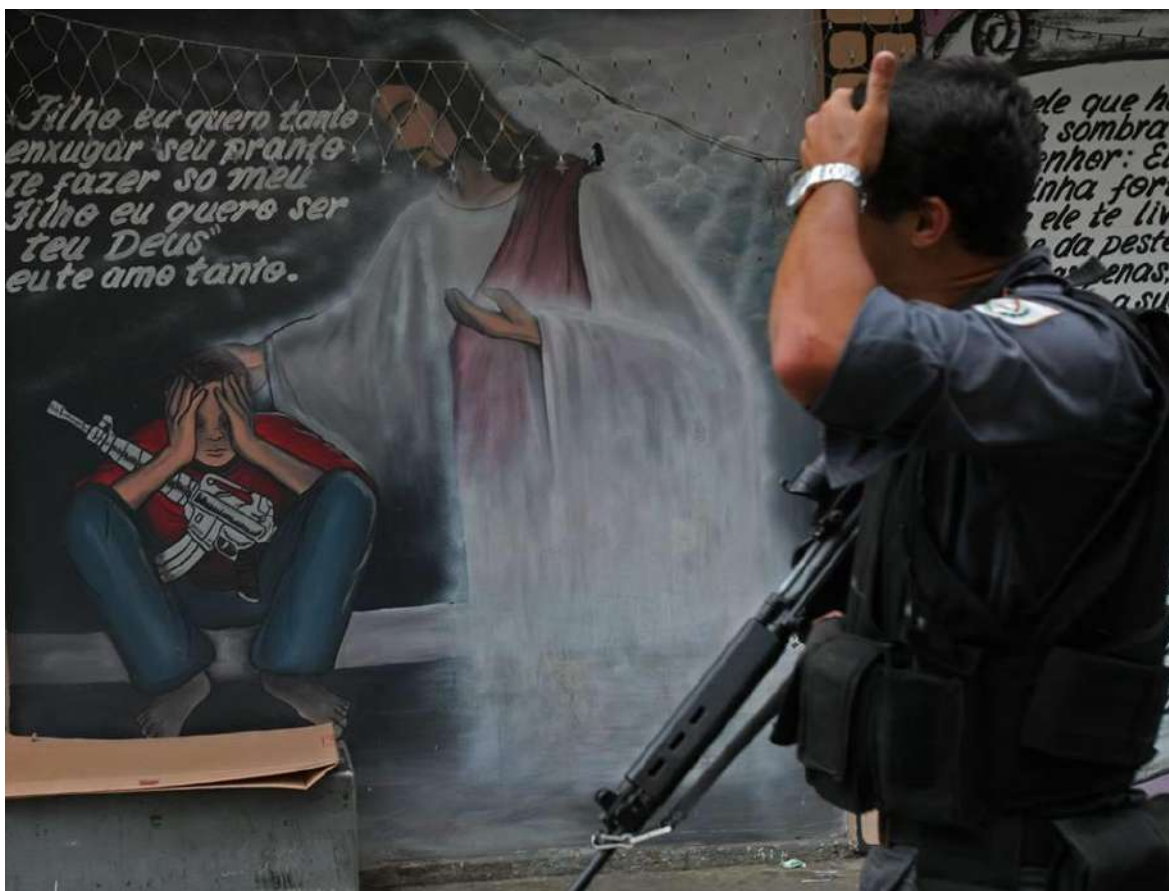
⁸³ Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,militares-ja-preparam-saida-do-rio-e-montam-plano-de-seguranca-turistica,70002411415>. Acessado em: 15 de novembro de 2019.

⁸⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/07/estado-assina-plano-de-transicao-para-o-fim-da-intervencao-na-seguranca.ghtml>. Acessado em: 15 de novembro de 2019.

⁸⁵ Além da capital, o plano engloba mais 16 cidades: Niterói, Búzios, Cabo Frio, Arraial, Macaé, Rio das Ostras, Angra dos Reis, Paraty, Mangaratiba, Itatiaia, Resende, Nova Friburgo, Petrópolis, Teresópolis, Barra do Piraí e Valença

após a eleição de Wilson Witzel para governador do Rio, decretou à bancarrota o PMDB, partido que participou ativamente das decisões políticas fluminenses desde a década de 1980. Tal contexto concedeu ao novo mandatário terreno fértil para aplicação de novas ideias. O que se verá adiante, entretanto, é a repetição de um discurso que remete ao período retratado no início deste capítulo.

Figura 7: Imagem publicada por O DIA em 29 de outubro de 2018⁸⁶



Fonte: Severino Silva/Agência O DIA

⁸⁶ Um dia após a vitória de Wilson Witzel nas urnas.

3. TERRORISMO EM DISPUTA

O termo terrorismo – utilizado por Witzel para classificar os grupos armados instalados nas favelas do Rio – foi o elemento no discurso do atual governador que mais chamou atenção do autor. Isso porque, além de ser um componente pouco utilizado no discurso de governantes brasileiros, devido à histórica neutralidade do país em temas dessa espécie, a revisão bibliográfica acerca do conceito de terrorismo é inconclusiva. Entre os estudiosos e até mesmo dentro do Comitê Interamericano de Combate ao Terrorismo (CICTE)⁸⁷, criado em 1999 com o intuito de alinhar o posicionamento dos países-membros da OEA em relação ao tema, não há entendimento comum. Então por que e para quê Witzel insere e repete tal termo em seus discursos?

3.1. Um significante flutuante

Muitas vezes utilizada em situações extremas, como em guerras⁸⁸, a acusação de grupos como terroristas costuma ser feita por ambos os lados de um conflito. No caso analisado, tanto pelo Estado, quanto por grupos minoritários⁸⁹. Seguindo assim o roteiro da maioria dos exemplos estudados pela Academia ao longo da História Contemporânea. Sugiro, com base nos estudos realizados para elaborar este esforço jornalístico, a hipótese de que essa atribuição, feita pelo governador ao longo de toda campanha eleitoral e sobretudo ao longo do primeiro ano de mandato, seja parte de uma estratégia discursiva baseada no medo a fim de legitimar, perante a sociedade civil, o recrudescimento da repressão policial como forma de controle social em áreas marginalizadas do território fluminense, em nome de “botar fim na bandidagem”⁹⁰, como o próprio Witzel afirma.

“Vamos ser tolerantes com o Hezbollah, que atua com bombas e mísseis contra a população de Israel? Não, nós vamos atuar com rigor, como se faz em Israel”, indagou retoricamente o governador a jornalistas estrangeiros que foram recebidos no Palácio Guanabara (sede do governo estadual), no dia 17 de julho de 2019. Ele ainda afirmou que a polícia do Rio “revelará em breve” uma ligação entre uma das maiores facções de tráfico de

⁸⁷ Assembleia Geral 1.650 (XXIX-0/99) definiu que todos os membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) seguiriam a cartilha antiterrorista. No entanto, a própria cartilha não define com precisão o que significa o termo.

⁸⁸ É o caso da Guerra do Iraque, no início do século XXI, quando os Estados Unidos declaram Guerra ao Terror ao invadir o país do Oriente Médio, em decorrência dos ataques do dia 11 de setembro de 2001.

⁸⁹ Vulneráveis perante a legislação vigente.

⁹⁰ Fala proferida em episódio que ficou marcado como ‘Sobrevoo de Angra dos Reis’. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5eaErS4tOUM>. Acessado em: 13 de outubro de 2019.

drogas do estado (não mencionada no encontro) e o grupo paramilitar Hezbollah, considerado por países como Brasil e Estados Unidos, como uma célula terrorista libanesa. E concluiu dizendo que “quem quiser sair [crime] terá portas abertas, [mas] quem quiser enfrentamento com a polícia, infelizmente terá como resultado sua morte... ou a prisão, [pois] se alguém com fuzil e a enfrenta, a polícia vai disparar para matar”⁹¹.

Em contrapartida, a deputada estadual Mônica Francisco (PSOL) publicou um vídeo em sua conta no Facebook comentando a morte do estudante de terceiro ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Hebert de Souza, Gabriel Pereira Alves, de 18 anos. No dia 9 de agosto de 2019, por volta das seis horas da manhã, um projétil atingiu o peito de Gabriel enquanto ele aguardava, num ponto de ônibus da Rua Conde de Bonfim, na Tijuca, Zona Norte do Rio, uma condução que o levaria para a aula. De acordo com a PM, a base da UPP Borel, localizada no Morro Chácara do Céu, foi atacada por criminosos⁹². O que teria desencadeado o confronto armado que gerou a morte do rapaz.

Mais um número para a estatística do Estado do Rio de Janeiro, que vem celebrando a diminuição da violência. Pra quem? Diminuição da violência pra quem? A gente não vai parar de denunciar o terrorismo de Estado, que mata jovem negro, pobre, das periferias, sem uma política de educação. [Os moradores das favelas] são trabalhadores e trabalhadoras que não conseguem ir e vir. Setenta e duas horas de operação na Maré. Os moradores da Formiga sitiados. Os moradores do Borel vivendo mais um dia de tragédia. As últimas declarações do governador Wilson Witzel resultam nisso. Na morte de mais um jovem que estava indo pra escola. Tentando melhorar sua qualidade de vida e mudar a sua história. É difícil falar, mas a gente não pode deixar de denunciar essa guerra aos pobres⁹³

Para melhor entendimento da disputa apresentada acima, teóricos do discurso como Ernesto Laclau e Chantal Mouffe categorizaram termos como corrupção, democracia e revolução como significantes flutuantes, pois seus significados só são fixados pelos conteúdos concretos dados pelas forças antagônicas presentes na sociedade (ANDRADE, 2013). Em outras palavras, são frutos de conflitos de linguagem e, por conseguinte, de discursos. Nesse sentido, defendo que terrorismo, no contexto analisado, é uma palavra que se enquadra na classificação de Laclau e Mouffe, visto que não só o governador Witzel faz

⁹¹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/witzel-diz-que-investigacao-revelara-em-breve-ligacao-entre-facciao-criminosa-do-rio-o-hezbollah-23819791>. Acessado em: 13 de novembro de 2019.

⁹² Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/08/5670845-estudante-e-morto-por-bala-perdida-em-ponto-de-onibus-na-tijuca.html#foto=1>. Acessado em: 13 de novembro de 2019.

⁹³ Fala disponível em: <https://www.facebook.com/monicafranciscopsol/videos/362538287996823/>. Acessado em: 13 de novembro de 2019.

uso de suas variantes⁹⁴, mas também as pessoas sitiadas nas áreas diretamente atingidas pela política de combate do atual mandatário.

A luta política pode ser representada como tentativas de forças ou projetos rivais de fixar parcialmente significantes flutuantes a configurações significativas particulares. Nessa perspectiva, enquanto prática social, o discurso é tomado como prática política, que transforma ou mantém relações de poder (ANDRADE, 2013, p. 9).

No primeiro trimestre de governo, no dia 8 de fevereiro, uma operação da PMERJ nos morros da Coroa, Fallet-Fogueteiro e dos Prazeres, em Santa Teresa e no Catumbi, região central da capital, resultou na morte de, ao menos, 13 pessoas⁹⁵. Os dias que antecederam a ação policial foram marcados por confrontos entre membros do Comando Vermelho (CV) e do Terceiro Comando Puro (TCP) – além da milícia, ligada ao TCP⁹⁶, são as duas maiores facções criminosas do Rio atualmente. Integrantes do CV, que dominam os pontos de venda de drogas no Fallet-Fogueteiro e Prazeres, invadiram o Morro da Coroa, ocupado anteriormente pelo TCP. O Disque Denúncia afirmou que a movimentação da polícia foi motivada a partir de uma informação anônima passada para a PM de que "traficantes que estariam escondidos em uma casa na Rua Eliseu Visconti". Segundo a corporação, dez dos mortos foram baleados por policiais do Batalhão de Choque no Fallet. Os agentes teriam sido "recebidos a tiros e houve confronto. Após cessarem os disparos, dez criminosos foram encontrados em vias da comunidade e foram socorridos". Com eles, ainda de acordo com a PM, foram apreendidos dois fuzis, nove pistolas e cinco granadas.

A versão apresentada pela PM, no entanto, foi confrontada. A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro afirmou que os policiais levaram todos os corpos para o Hospital Souza Aguiar e, assim, alteraram a cena do crime. O hospital, através da Secretaria Municipal de Saúde, confirmou em nota que 13 homens deram entrada já mortos na unidade⁹⁷, na manhã do dia 8 de fevereiro. A Defensoria alegou, à época, que os laudos da perícia criminal do Instituto Médico-Legal (IML) não continham o trajeto dos tiros, nem informações sobre lesões que podiam ser vistas a olho

⁹⁴ Narcoterroristas e terroristas são as mais utilizadas.

⁹⁵ De acordo com reportagem publicada no Jornal O Globo no mesmo dia da operação (8 de fevereiro de 2019). Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/operacao-da-pm-deixa-13-mortos-em-morros-de-santa-teresa-do-catumbi-23438020>. Acessado em: 17 de outubro de 2019.

⁹⁶ Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/04/5633807-praca-seca--policia-investiga-uniao-5-3.html#foto=1>. Acessado em: 19 de outubro de 2019.

⁹⁷ Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/02/5618540-confronto-entre-policiais-militares-e-traficantes-deixa-pelo-menos-13-mortos-no-rio-comprido.html#foto=1>. Acessado: 17 de outubro de 2019.

nu⁹⁸. Além disso, algumas cápsulas não foram colhidas no local. E as roupas dos indivíduos que chegaram mortos ao hospital foram jogadas fora, o que é uma prática incomum. “Numa situação onde 13 pessoas foram mortas, não é um fato típico, não pode ser considerado típico, é preciso que seja apurado, que seja respondido à sociedade”, disse o ouvidor-geral da Defensoria Pública, Pedro Strozenberg.

Os moradores dos bairros adentrados pelos policiais também endossaram uma versão diferente da apresentada pela autoridade policial. Testemunhas afirmaram que cerca de 20 jovens entre 14 e 22 anos já estavam encurralados dentro de uma casa na Rua Eliseu Visconti quando aconteceu a abordagem. Elas afirmam ainda que não houve troca de tiros. Os familiares dos mortos tratam o caso como chacina. Com a certidão de óbito em mãos, a dona de casa Tatiana de Carvalho, de 38 anos, mãe de Felipe Guilherme Antunes, de 21 anos, disse ao Ministério Público do Estado Rio (MP-RJ) que o filho foi torturado e morto a facadas, sem nenhuma perfuração de tiro. “Quebraram membros, o pescoço dele, crânio fraturado. Como teve troca de tiros do jeito que meu filho está? Eles estão inventando coisas sem lógica. Vieram na intenção de matar. Eles falaram que mataram dez só que foram 13. Leva preso, mas para quê fazer essa chacina?”. O sobrinho de Tatiana, Enzo de Souza Carvalho, de 18 anos, ainda relatou que a ação policial não foi adiada por conta da chegada de helicópteros e da imprensa.

Em resposta, no dia 13 de fevereiro, o governador publicou um vídeo em sua página oficial no Facebook, ao lado do secretário de Polícia Militar, Rogério Figueredo de Lacerda. “Quero reafirmar aqui a minha confiança na Polícia Militar. O que aconteceu no Fallet-Fogueteiro foi uma ação legítima da Polícia Militar. Agiu para defender o cidadão de bem. Vamos continuar agindo com rigor”⁹⁹, garantiu Witzel. Na legenda da publicação, o perfil do governador afirmou que ação serviu “para combater narcoterroristas”.

Ao reproduzir o ocorrido e realizar a perícia, em abril, a Polícia Civil do Estado do Rio (PC-RJ) constatou que os sete policiais que participaram da operação atiraram 94 vezes. Desses disparos, 40 partiram dos fuzis de dois agentes. A corporação afirmou que, apenas dentro da casa da Rua Eliseu Visconti, nove pessoas morreram. Em outubro, um Inquérito Policial Militar instaurado e divulgado pela PM concluiu “ausência de crime ou transgressão por parte dos policiais militares envolvidos no caso”¹⁰⁰

⁹⁸ Obtido em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/30/reconstituicao-de-13-mortes-no-morro-do-fallet-mostra-que-pms-fizeram-94-disparos-de-fuzil.ghtml>. Acessado em: 17 de outubro de 2019

⁹⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/GovWilsonWitzel/videos/2252449824968203/>. Acessado em: 21 de outubro de 2019.

¹⁰⁰ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/10/11/pm-inocenta-policiais-no-caso-das-15-mortes-em-operacao-no-fallet.htm>. Acessado em: 19 de outubro.

Após um primeiro semestre com 21 operações com uso de helicópteros blindados – ante 18 em todo ano de 2018 –, mais de 1.500 cartas escritas por moradores do Complexo da Maré, incluindo crianças, foram entregues ao Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ), em agosto, reivindicando a volta de uma Ação Civil Pública (ACP), revogada em junho, que regulamentava as ações policiais na região. Entre as mensagens enviadas estão as seguintes: “Acham que a gente está acostumado com os tiroteios, mas todos os dias de confrontos são uma nova aventura de terror / De tiros eu não tenho medo, mas o helicóptero [da polícia] me deixa em pânico / Não gosto do helicóptero [da polícia] porque ele atira e as pessoas morrem”¹⁰¹, escritas por jovens entre 11 e 15 anos. E mais, o gesto não serviu apenas para pedir o retorno da ACP, requerida pela Defensoria Pública em 2016 após uma operação que matou um homem e deixou seis pessoas feridas. Mas também como resposta alternativa à intenção de Witzel em criar uma cartilha com instruções destinadas a moradores de favelas, para orientá-los como se comportar durante operações policiais.

Para justificar a criação da cartilha, cuja divulgação é, segundo Witzel, primordial para a intensificação dos confrontos, o governante fez uma analogia entre o panorama da Segurança pública fluminense e o contexto da Segunda Guerra Mundial. “Na Segunda Guerra, no combate ao nazismo, os ingleses iam para debaixo da terra ao toque da sirene, para que os bombardeios não atingissem a população. Poucos ingleses morreram em razão disso. Estamos elaborando uma cartilha sobre como moradores de comunidades devem proceder em caso de confronto e ocupação”¹⁰², disse o governador, à época. Observa-se, na fala, uma associação entre criminosos – os quais Witzel chama de terroristas e prometeu combater em campanha – que habitam as favelas do Rio de Janeiro e os nazistas, responsáveis por controlar 83% do território europeu, excetuando a Rússia, em 1942¹⁰³.

Diante dos exemplos apresentados acima, tanto no caso do Fallet-Fogueteiro quanto no conflito de versões envolvendo a cartilha, é notório que existe uma disputa por sentido, cujos embates travados entre forças políticas antagônicas concedem aos significantes utilizados o status de flutuantes (ANDRADE, 2013). Nessa disputa, no entanto, há de se contextualizar a posição de cada ator político. Enquanto o Estado, sob o monopólio legítimo

¹⁰¹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/criancas-da-mare-fazem-cartilha-para-orientar-policia-se-comportar-em-operacoes-23978040>. Acessado em: 13 de outubro de 2019.

¹⁰² Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/witzel-quer-criar-cartilha-para-orientar-moradores-de-favelas-durante-operacoes-policiais/>. Acessado em: 13 de outubro de 2019.

¹⁰³ Cálculo feito pelo autor, com base nas informações disponíveis dos seguintes sites: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/map/german-administration-of-europe-1942?parent=pt-br%2F11140>; https://europa.eu/european-union/index_pt. Acessados em: 14 de outubro de 2019

da coação física (WEBER, 1999), deseja dizimar criminosos, cidadãos contíguos às áreas onde esses alvos se encontram tornam-se vulneráveis diante dos retalhos gerados pelos confrontos armados promovidos pelo governo.

Segundo o filósofo francês Michel Foucault, em *A Ordem do Discurso*, as interdições que atingem a fala revelam, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Na obra, o autor francês define interdição como um método de exclusão, ou seja, aquilo que não se pode falar abertamente. “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância” (FOUCAULT, 1970, p. 9). O governador estaria, portanto, a cada pronunciamento e publicação nas redes sociais que relaciona aspectos terroristas aos traficantes, ocultando o motivo real de tratá-los como tais: uma estratégia discursiva para legitimar a violência policial nas áreas periféricas do estado – sobretudo na Região Metropolitana do Rio.

O discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT, 1970, p. 10)

Tal posicionamento beligerante, contudo, contradiz o discurso que foi mote da campanha do mandatário durante o período eleitoral: a valorização da Segurança Pública. Uma vez que tal direito, previsto no artigo 144 da Constituição Federal, prevê que “a Segurança Pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da **incolumidade**¹⁰⁴ das pessoas e do patrimônio”. Incongruência – já que não são todos que estão a salvo – apontada pelo que Foucault chama de vontade de saber, responsável pela separação do discurso falso e verdadeiro. Para ilustrar essa cisão, ele resgata a Grécia do século VI, onde o discurso verdadeiro era aquele respeitado, “aquele ao qual era preciso submeter-se, porque ele reinava, era o discurso pronunciado por quem de direito e conforme o ritual requerido, era o discurso que pronunciava a justiça e atribuía a cada qual sua parte; era o discurso que, profetizando o futuro, não somente anunciava o que ia se passar, mas contribuía para a sua realização, suscitava a adesão dos homens e se tramava assim como destino” (FOUCAULT, 1970, p. 15).

¹⁰⁴ Condição de estar livre de perigo ou dano, ileso, incólume

3.2. Tentativas de definição

O dicionário britânico *Oxford Dictionary* de 2015 traz a seguinte definição de terrorismo: “o uso não oficial ou não autorizado de violência e intimidação na busca de objetivos políticos”. Para a literatura especializada, a definição mais técnica de terrorismo entre os autores é baseada na etimologia da palavra terror, que por sua vez deriva do verbo em latim *terrere*, cujo significado é: “fazer alguém tremer diante de grande medo” (SCHMID apud DE ALCÂNTARA, 2015, p. 15). Definições que, por si só, são subjetivas. Logo, inconclusivas em âmbito geral. Não sendo possível estabelecer apenas uma versão sobre o termo, uma vez que medo – outro conceito presente – é um estado afetivo manifestado pela consciência de perigo. “O medo não implica, portanto, uma natureza única e imutável. Trata-se de um sentimento construído historicamente, aprendido e ensinado de formas diferentes, dependendo da época” (DOS SANTOS, 2003, p. 3).

Em ‘Terrorismo: uma abordagem conceitual’, Priscila Drozdek de Alcântara apresenta outras referências que enriquecem a definição do termo. A primeira menção acadêmica à palavra terror, por exemplo, foi feita pelo francês Jean Bodin no livro ‘Les six livres de la République’ (1577) para se referir ao medo proveniente de grande violência: “crueldade mantém o homem com medo e inativo, inspirando o assunto com o terror do príncipe” (apud DE ALCÂNTARA, 2015, p. 15). No século XVII, o contratualista Thomas Hobbes definiu terror como medo de uma morte violenta (idem). Já o filósofo iluminista Jean-Jacques Rousseau alegou que o terror é adotado por mentes pequenas (idem), a fim de se atingir certos objetivos em desrespeito à lei. Para Walter Laqueur, numa formulação mais contemporânea do conceito, em 1977, “terrorismo é o uso ilegítimo da força para alcançar um objetivo político alvejando pessoas inocentes” (apud DE ALCÂNTARA, 2015, p.21), deixando aberto a interpretações o que seria o uso ilegítimo da força.

Na Revolução Francesa (1789 – 1799), o *régime de la terreur*, sob comando do advogado Maximilien de Robespierre, empregou, pela primeira vez na história, o terrorismo como plataforma de governo. Ao destinar cerca de 40.000 mil (GUPTA, 2006, p. 5) acusados de traição para a guilhotina, os jacobinos enviaram claro sinal a qualquer um que se dispusesse a lutar pela volta da monarquia. Exemplo prático e histórico que permite “constatar dois elementos presentes em algumas das definições atuais de terrorismo: violência e transmissão de uma mensagem ameaçadora a fim de coagir certo público” (DE ALCÂNTARA, 2015, p. 16). Táticas classificadas como mantenedoras da virtude segundo

Robespierre, que, no desenlace da revolução, em 1794, foi vítima da mesma guilhotina que ceifou a vida de milhares de seus opositores:

Terror não é nada mais do que justiça, pronto, grave, inflexível; portanto, é uma emanção da virtude; não é tanto um princípio especial, pois é uma consequência do princípio geral da democracia aplicado às necessidades mais urgentes de nosso país (SCHMID apud DE ALCÂNTARA, 2015 p. 15).

Neste momento, com o simbolismo da morte de Robespierre, o terrorismo foi desvinculado do Estado e passou a ser relacionado aos governos ilegítimos (despotismos) e atores privados (terroristas) (SCHMID apud DE ALCÂNTARA, 2015). Menos de um ano após a morte do líder jacobino, a palavra terrorismo entrou no vocabulário inglês como *terrorism*, introduzida por Edmund Burke com a obra *Reflexões Sobre a Revolução na França*. Na qual o autor escreve “milhares desses cães do inferno chamados terroristas... soltos sobre o povo” (tradução do autor)¹⁰⁵ (1795), condenando a Revolução Francesa à tirania. Desse modo, Burke estabelece uma conotação negativa ao terrorismo logo na chegada do termo ao inglês norte-americano.

Caráter que perdura até hoje e influencia diretamente as tomadas de decisão dos países-satélites dos Estados Unidos. Como admitiu recentemente o ex-diplomata estadunidense Jim Jatras à emissora de televisão estatal russa RT, a respeito da ameaça do governo de Donald Trump em aplicar sanções aos países aliados que comprassem sistemas antiaéreos russos S-400. “Nós realmente não temos aliados, temos satélites, e um bom satélite faz o que é lhe dito. E se um país não quiser se comportar como um bom satélite, nós pegamos um grande porrete e começamos a ameaçar. Eu acho que a expressão correta [para descrever a política coerciva dos EUA] seria *sanctions-happy*”¹⁰⁶ (tradução do site Sputnik)¹⁰⁷.

3.3. Influência norte-americana espelhada

Da mesma forma funcionam as políticas de combate ao terrorismo e ao tráfico de drogas, como mostra Thiago M. S. Rodrigues em *A infundável Guerra Americana: Brasil*,

¹⁰⁵ Passagem original: “*thousands of those hell-hounds called terrorists... let loose on the people*”

¹⁰⁶ Fala original: “*In fact, we do not have allies: we have satellites, and a good satellite is onde that does what they say to it. And if the country does not want to behave like a good satellite, we take a big club and begin to threaten. It seems to me that the expression ‘sanctioned rage’ is best suited to describe the US enforcement policy*”

¹⁰⁷ Disponível em: <https://br.sputniknews.com/americas/2018082612055141-eua-aliados-satelites-sancoes-guerra-comercial/>. Acessado em: 21 de outubro de 2019.

EUA e o Narcotráfico no Continente. Neste artigo, o autor traz à tona a insistência ineficaz dos países em combater o comércio ilegal de entorpecentes com repressão policial e a relação entre o proibicionismo dos Estados Unidos e as políticas públicas brasileiras voltadas para essa temática. Desde o início do século passado, os brados moralistas e o puritanismo já tinham representatividade nas instâncias de poder estadunidenses, mas são nas reuniões internacionais que o país logra seus êxitos iniciais no controle de drogas (RODRIGUES, 2002). Sob convocação dos EUA, a Convenção Internacional do Ópio, assinada em Haia, na Holanda, em 23 de janeiro de 1912, ficou conhecida como o primeiro tratado internacional de controle de drogas.

Nela, além dos EUA, Alemanha, China, França, Reino Unido, Itália, Japão, Países Baixos, Pérsia, Portugal, Rússia e Sião (atual Tailândia) assinaram um documento que previu que "os poderes contratantes envidarão os seus melhores esforços para controlar, ou para fazer com que sejam controladas, todos os tipos de fabricação, importação, venda, distribuição e exportação de morfina, cocaína e de seus respectivos sais"¹⁰⁸. O acordo, no entanto, contrariou signatários que, ao contrário dos EUA, interessavam-se pelo lucrativo mercado do uso hedonista do ópio e seus derivados (RODRIGUES, 2002, p.2), como a Inglaterra, que dominava o mercado de ópio na Ásia no contexto colonial. Para autores como McAllister (2000), Passetti (1991) e Labrousse (2000), mencionados por Rodrigues no artigo, a Conferência de Xangai não pode ser entendida sem a compreensão de como a postura proibicionista dos EUA contribuía para os interesses comerciais norte-americanos no continente asiático. Atacar o tráfico de ópio era, então, uma tática – que não deixava de estar amparada em preceitos morais – para minar um dos pilares do colonialismo europeu no continente (RODRIGUES, 2002, p.8).

Amparada em lastros morais, escorando-se também em saberes médicosanitários, a luta contra o narcotráfico é acionada politicamente quando o próprio tráfico de drogas é içado ao posto de maior antígeno a “infectar” e “corromper” a vida social e institucional dos Estados neodemocráticos. O narcotráfico, considerado o amálgama que congrega e patrocina diversas manifestações da criminalidade organizada, passa a ser alvo de Estados que não discutem tão só a internacionalização de suas economias, mas que investem no enrijecimento harmônico das políticas de repressão à produção, tráfico e consumo de drogas (RODRIGUES, 2002, p.1)

¹⁰⁸ Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Conven%C3%A7%C3%A3o_Internacional_do_%C3%93pio. Acessado em: 22 de outubro de 2019.

Nos anos seguintes, as resistências das alas políticas liberais, calcadas na ideia de que o uso de drogas era questão de foro íntimo, vão sendo minadas ao longo da década de 1910 (RODRIGUES, 2002), até que o álcool é proibido em escala nacional. “O aparato burocrático-repressivo cresce desmesuradamente para tentar dar conta das atividades ilegais e de pessoas (negros e imigrantes chineses, mexicanos, irlandeses e italianos) lançadas nesses ambientes de marginalidade” (idem, p.2). Paralelamente, a capital brasileira, sob a administração de Pereira Passos, enfrentava graves problemas para solucionar a questão sanitária concernente à profilaxia à higiene social, promovidas pelo governo daquele período. Alvorçados com as notícias de remoção urbana e vacinação em massa, os cidadãos se voltaram contra o Estado. A solução disciplinadora, assim como no vizinho do norte, foi a coerção policial.

Quanto ao uso de drogas no Brasil, havia condenação por parte dos grupos conservadores da sociedade da época, mas o hábito era tolerado de modo geral “enquanto fez parte do mundo dos prostíbulos *chics* frequentados pelos jovens filhos da oligarquia da República Velha” (idem). Até que, no início dos anos 1920, o Brasil, por um lado, se comprometeu a seguir a Convenção de Haia; de outro, os vícios elegantes dos rapazes finos logo perderam a aura romântica perante os olhos governamentais ao se disseminarem entre as classes consideradas perigosas, ou seja, entre negros, pardos, imigrantes e toda a plebe urbana nacional (CARNEIRO apud RODRIGUES, 2002, p.3). Eis que em 1921, o Brasil cria sua primeira lei antidrogas, promulgada pelo presidente e membro do Tribunal de Haia, Epitácio Pessoa, que previa punição ao consumo de ópio, morfina, heroína e cocaína que não seguisse prescrições médicas.

Nas décadas que se sucederam, o Brasil seguiu assinando documentos preconizados pelos EUA. Dessa forma, o país baseou todas suas pautas antidrogas nos acordos tratados internacionalmente, ora pela Liga das Nações, ora pela Organização das Nações Unidas (ONU) – antes e depois das guerras mundiais.

O procedimento de ratificação de tratados, ato de incorporação de um acordo internacional ao ordenamento legal nacional, foi instrumento primordial utilizado para atualizar as disposições vigentes no país, incrementando o corpo normativo e, conseqüentemente, fornecendo ao Estado maiores artifícios para acionar de maneira ainda mais enfática os aparatos de coerção ao tráfico e, em particular, aos traficantes. (RODRIGUES, 2002, p.3)

No início dos anos 1980, após a Lei da Anistia (1979) entrar em vigor, alguns assaltos a bancos bem arquitetados e executados fizeram com que circulasse na imprensa carioca a hipótese de que as guerrilhas urbanas haviam se rearticulado (idem). A suspeita não levantou o fato da atualização da Lei de Segurança Nacional pelo Ato Institucional nº 5¹⁰⁹, em 1968, ter equiparado sob a mesma tipificação assaltantes, sequestradores comuns e guerrilheiros urbanos. O que tornou o presídio de segurança máxima em Ilha Grande um ambiente rico em subversão, resistência e marginalidade. Justamente o que o punitivismo norte-americano, espelhado no Brasil, costumou-se combater com afinco.

Nesse contexto, baseado nas técnicas de guerrilha partilhadas e na necessidade de sobreviver às outras facções que dominavam o complexo carcerário, nasceu o grupo de autodefesa Falange Vermelha, mais tarde batizado de Comando Vermelho. “O Comando Vermelho, organizado no sistema carcerário e nos morros cariocas, passaria logo a outro [em relação a assaltos e roubos de carro] negócio, mais rentável e, então, em franca expansão: o tráfico de drogas” (idem), que, a despeito das políticas proibicionistas estabelecidas pelos acordos internacionais, mostrou-se um mercado extremamente rentável. Com o aumento da demanda por cocaína e heroína nos EUA e Europa, o Brasil transformou-se numa importante rota de escoamento da produção¹¹⁰ dos grandes cartéis de drogas presentes nos países andinos, como Colômbia, Bolívia e Peru¹¹¹.

O Comando Vermelho apresenta-se, então, como uma organização inserida nessa dinâmica internacional do narcotráfico, ocupando lugar de destaque no setor competitivo brasileiro, ao disputar e, de fato, dominar, o varejo do mercado de drogas no Rio de Janeiro da década de 80. Organização que fixa sua autoridade nas favelas cariocas conjugando assistencialismo e coerção, fórmula maquiavélica da manutenção do poder que alia admiração, respeito, dependência e medo. As áreas dominadas por chefes ligados ao Comando Vermelho tornaram-se alvéolos de autoridade; autoridade exercida pelo “dono do morro” que impõe suas próprias normas e táticas de disciplinarização da população local. Como um “Estado-caricatura”, o morro dominado pelo Comando Vermelho exibiu manifestações próprias de gestão da conduta dos indivíduos. (RODRIGUES, 2002, p.4)

¹⁰⁹ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 22 de outubro de 2019.

¹¹⁰ Principalmente pelas florestas selvagens que funcionaram como *locus* privilegiado para centros de apoio logístico e pela indústria química como fornecedora de insumos necessários ao fabrico da cocaína (RODRIGUES, 2002).

¹¹¹ Em 2004, a região chegou a ser responsável por 80% de cocaína e 50% de heroína que entravam nos EUA (VALENCIA, 2005).

Desde então, os governos estaduais brasileiros declaram guerra à facção¹¹². Nesse momento, inclusive, foi construído o presídio de Bangu I¹¹³, no bairro de Gericinó, na Zona Oeste do Rio, com o intuito de abrigar presos considerados importantes. Como foi o caso, à época, de José Carlos dos Reis Encina, o Escadinha. E para conter o avanço da facção, o governo do Rio, sob a gestão de Moreira Franco (1897 – 1991), atacou pontos de venda de drogas, subiu morros e com isso logrou sustentar um conflito diário que matou soldados de ambos os lados – tanto policiais quanto membros das facções –, além dos moradores das favelas, sem arranhar o tráfico de drogas do Rio e, muito menos, os circuitos da economia internacional do tráfico que perpassavam e perpassam até hoje o território nacional (RODRIGUES, 2002).

Nos EUA, o presidente Ronald Reagan editou a *National Security Decision Directive on Narcotics and National Security* (NSDD-221), documento cujo texto afirma que o governo norte-americano “oficializa sua percepção de que a principal ameaça aos Estados Unidos e ao hemisfério ocidental passara a residir na simbiose entre terrorismo de esquerda e narcotráfico”. Ademais, “a NSDD-221 diagnosticava o problema da narcosubversão e expunha a necessidade imperiosa de que os Estados Unidos defendessem (e defendessem o continente) da grande trama narcoterrorista” (RODRIGUES apud RODRIGUES, 2002, p.4). Tal lógica é ratificada pelos governos brasileiros seguintes, conforme mostraram a realização da Convenção de Viena (1988) e a primeira Cúpula das Américas (1994), as quais o Brasil assinou como signatário acordos celebrados no sentido de restringir ainda mais o processo de fabricação distribuição e consumo de drogas. Ao concluir o artigo, Rodrigues antecipa, há quase duas décadas, que “nesse ambiente transnacionalizado, alimenta-se a existência de um inimigo também volátil e sem pátria. O narcotráfico, filhote de uma ilegalidade que gera positivities incalculáveis para o lado legal da economia global, é crime de seu tempo” (RODRIGUES, 2002, p.8).

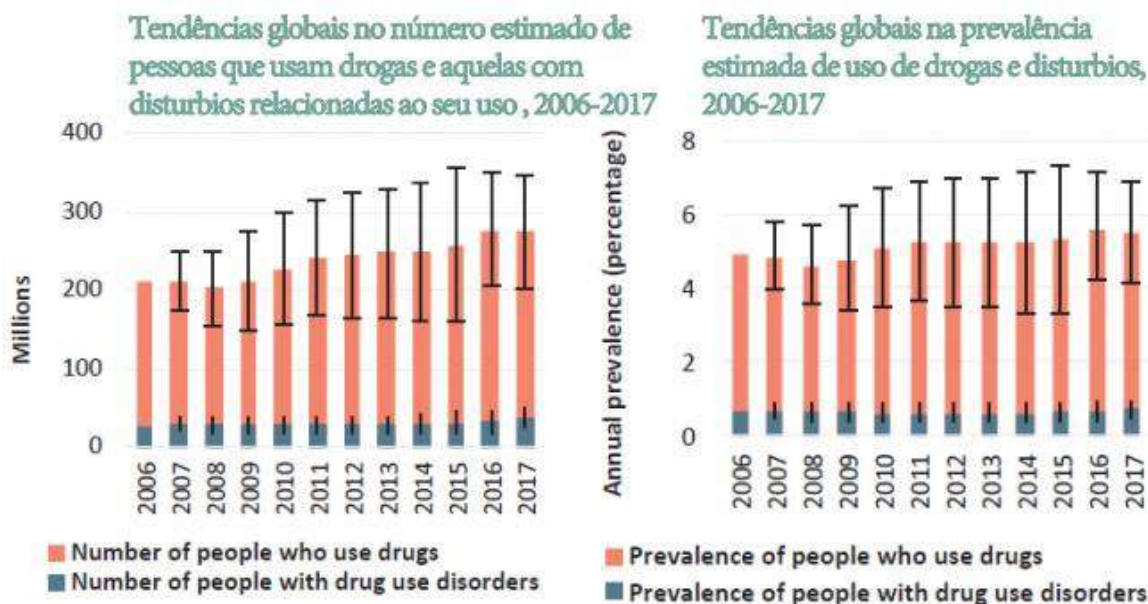
Na esteira dos fatos apresentados acima, concluo que o combate repressivo ao narcotráfico – nomeado narcoterrorismo –, praticado no modelo apresentado há pelo menos quatro décadas como solução no Ocidente, não apresentou resultados efetivos. Haja vista o crescimento do consumo de entorpecentes, como apresentou, em junho deste ano, um estudo

¹¹² Movimento semelhante, guardadas as devidas proporções, à declaração de Guerra ao Terror feita pelos Estados Unidos em 2001, após os ataques do dia 11 de setembro.

¹¹³ Atualmente é um complexo carcerário com 25 unidades prisionais, incluindo hospitais, institutos e as próprias penitenciárias.

do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). Incluindo até um dado alarmante: 35 milhões de pessoas em todo o mundo sofrem de transtornos por uso de drogas, enquanto apenas uma em cada sete pessoas recebe tratamento¹¹⁴.

Figura 8: Crescimento do consumo de drogas no mundo



Fonte: *World Drug Report 2019*

Os Estados Unidos – à frente da maioria dos países do continente americano que assinaram diversos acordos ao longo do século XX, a exemplo do Brasil – perceberam, através da descriminalização da maconha em alguns estados, que a repressão ao narcotráfico não estava acompanhando a demanda pela droga. Atualmente, a capital Washington DC e mais dez estados descriminalizaram o uso recreativo da droga¹¹⁵. Além disso, os grupos terroristas, associados ao narcotráfico pelos governantes – a exemplo de Witzel –, têm receio de se vincularem a grupos narcotraficantes devido à atenção dos serviços de inteligência governamentais que eles atraem. De maneira semelhante, enquanto os grupos terroristas de um modo geral lutam contra o Estado, os grupos de crime organizado querem ter o mínimo

¹¹⁴ Informação obtida em: https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2019/06/relatorio-mundial-sobre-drogas-2019_-35-milhes-de-pessoas-em-todo-o-mundo-sofrem-de-transtornos-por-uso-de-drogas--enquanto- apenas-1-em-cada-7-pessoas-recebe-tratamento.html. Acessado em 22 de outubro de 2019.

¹¹⁵ Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/michigan-se-torna-10o-estado-dos-eua-a-aprovar-uso-recreativo-de-maconha/>. Acessado em: 23 de outubro de 2019.

possível de fricção com o Estado, por exemplo, através do suborno de autoridades policiais e agentes fiscalizadores (USNCoTAuUS apud LASMAR, 2014, p.5).

O conceito de terrorismo deve ser apreendido pelo ideário político brasileiro de maneira vinculada ao seu contexto político. De outra forma, o conceito pode apenas obscurecer o problema que o Brasil enfrenta em termos de segurança, que se traduz principalmente pelo crime organizado e pelo tráfico de entorpecentes e de armas [...]. O combate ao terrorismo deve partir de uma compreensão contextual e deve ser levado adiante respeitando-se as demandas envolvidas em cada cenário político. A própria definição guarda um estigma severo, que deve ser aplicado com toda a cautela para não se incorrer no erro de criar um inimigo inexistente ou se tentar aplicar métodos que não serão eficientes por não captarem os fenômenos em questão de maneira adequada (SUAREZ, 2012, p. 28).

4. O DISCURSO DO GOVERNADOR

Neste capítulo será apresentada uma série de declarações públicas do governador Wilson Witzel sobre temas ligados à Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro. Pronunciamentos oficiais, entrevistas concedidas e publicações nas redes sociais oficiais do mandatário foram as fontes de informação utilizadas. A conta do Twitter @wilsonwitzel, por sinal, será base para muitas ponderações apresentadas a seguir. Isso porque, com ajuda *sine qua non* do Laboratório Interdisciplinar de Dados e Informações Articuladas (LIDIA) da UFRJ, este capítulo conta com uma base de dados de 3.125 *tweets* publicados pelo governador, entre os dias 9 de março de 2018 e 12 de novembro de 2019.

4.1. Prioridade

Witzel não fez mistério ao elencar a Segurança Pública como seu mote de campanha. No dia do lançamento de sua candidatura ao Palácio Guanabara, por exemplo, ele afirmou:

Tenho experiência na área criminal, e nós vamos fazer com que a segurança pública do estado do Rio de Janeiro passe a trabalhar de forma mais efetiva. Vamos investir numa investigação. A experiência da Lava Jato no Rio de Janeiro vai se repetir com esforço concentrado contra o núcleo do crime organizado¹¹⁶

O empenho em torno deste tema também pode ser observado em suas publicações no Twitter. De março de 2018 a novembro de 2019, o atual mandatário digitou ‘segurança’ 373 vezes. Mais do que qualquer outro setor concernente à ação estatal. Uma vez somadas, as palavras ‘segurança’ e ‘polícia’ têm 721 menções – número 6,5 vezes mais citado que educação, por exemplo, com 111 menções.

[O efeito da repetição] se caracteriza como um dos pontos de encontro da questão da memória como estruturação de materialidade discursiva complexa. “A memória discursiva seria aquilo que, diante de um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’” (PÊCHEUX, 1999, p.52). A repetição forma um efeito de série de sentidos, no qual residiriam os implícitos que poderiam sempre ser retomados. Essa regularização discursiva, que garantiria uma espécie de legibilidade, é sempre suscetível de ruir perante o acontecimento discursivo novo, perturbando assim a memória (MOREIRA, 2016, p. 132).

¹¹⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2018/noticia/2018/07/21/psc-oficializa-candidatura-de-wilson-witzel-ao-governo-do-rj.ghtml>. Acessado em: 18 de novembro de 2019.

Figura 9: Ranking de termos mais citados na conta @wilsonwitzel, por secretaria

Posição	Secretaria	Número de menções
1 ^a	Segurança ¹	373
2 ^a	Polícia	348
3 ^a	Economia ²	150
4 ^a	Saúde	135
5 ^a	Turismo	114
6 ^a	Educação	111
7 ^a	Obras e Infraestrutura	90
8 ^a	Ciência, Tecnologia e Inovação	85
9 ^a	Cultura	73
10 ^a	Cidades	41
11 ^a	Bombeiros	39
12 ^a	Esportes	36
13 ^a	Energia Fazenda Transporte Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento	26
17 ^a	Vitimização e Amparo às Pessoas com Deficiência	23
18 ^a	Meio Ambiente e Sustentabilidade	18
19 ^a	Direitos Humanos	15
20 ^a	Defesa Civil	11

Fonte: Twitter¹¹⁷^{1 2} não possuem secretaria própria

A lista é baseada nas 24 secretarias da gestão Witzel – cinco delas ausentes por terem menos de dez menções – e nas vezes que o perfil do governador fez referência a cada uma delas, seja diretamente ao nome da pasta ou através de simples menção do termo em contextos diversos. A primeira e terceira colocações, no entanto, não possuem secretaria

¹¹⁷ Disponível em: <https://twitter.com/wilsonwitzel>. Acessado em 20 de novembro de 2019.

própria. Enquanto a extinção da Secretaria de Segurança foi uma das primeiras medidas tomadas pelo novo governador¹¹⁸, gerando a criação das secretarias de Polícia Militar e Polícia Civil –, os assuntos econômicos foram delegados à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais, gerida por Lucas Tristão do Carmo.

Outro levantamento possível é do número de menções por profissão. Levando em consideração plurais e variações de gênero, e burilando mensagens descontextualizadas¹¹⁹, viu-se, em mais uma análise, que a gestão Witzel encara segurança como prioridade.

Figura 10: Ranking de termos mais citados na conta @wilsonwitzel, por profissão

Posição	Profissão	Número de menções
1 ^a	policiais	141
2 ^a	professores	87
3 ^a	servidores	40
4 ^a	médicos	37
5 ^a	diretores	28
6 ^a	juízes	20
7 ^a	motoristas e delegados	15
8 ^a	jornalistas	12
9 ^a	advogados	11
10 ^a	coordenadores e bombeiros	7
12 ^a	enfermeiros	6
13 ^a	engenheiros e psicólogos	5
14 ^a	garis e fuzileiros	4
15 ^a	caminhoneiros, economistas e procuradores	3
16 ^a	pesquisadores e guias de turismo	2
17 ^a	vendedores, arquitetos, marinheiros, marceneiros, peritos, recepcionistas, pedagogos e promotores	1

Fonte: Twitter

¹¹⁸ Para Witzel, a secretaria de Segurança Pública politiza a polícia e se trata de um corpo estranho num órgão técnico. “Tem que ser comandada por um secretário com relação direta com o governador, não precisa de interlocutor”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CLfGH8MU4d8&t=4s>. Acessado em: 18 de novembro de 2019.

¹¹⁹ Por exemplo, em “O sniper, que já está sendo usado nas operações **policiais** (...)”, o termo grifado não foi contabilizado.

O conteúdo ainda revela que a expressão “nossos professores” foi utilizada em cinco oportunidades, enquanto “nossos policiais” 26 vezes. Por fim, comprovou-se que o discurso de Witzel, pelo menos em sua conta oficial no Twitter, elege a Segurança como prioridade do governo. E que os profissionais que recebem mais atenção do mandatário, pelo menos no campo discursivo, são os agentes governamentais de segurança.

4.2. Combate aos terroristas

O radical ‘terror’ está presente em 20 publicações da conta oficial do governador no Twitter. Todas elas feitas em 2019, ou seja, após o início do mandato de Witzel. O termo sequer foi citado entre março de 2018 e janeiro de 2019. Ao observar o modo em que tal palavra é inserida nas postagens do governador, é possível realizar alguns apontamentos. Em dez das 20 publicações em que ‘terror’ está presente, o conteúdo se trata de um anúncio de operações policiais bem-sucedidas. Seja de apreensão de drogas e armas ou da prisão de pessoas importantes na cena do crime, as mensagens transmitidas, nesses dez casos, almejam capitalizar o saldo da ação policial em favor do governador. Isso mostra que ‘narcoterroristas’, acompanhado das palavras ‘combate’, ‘contra’, ‘enfraquecer’ e da expressão ‘tirar das mãos’, costuma funcionar como recurso discursivo da gestão Witzel para identificar o inimigo a ser combatido – e mais: anunciar que está sendo combatido.

Haja vista a presença do termo terror em diversas – pelo menos metade no recorte acima – publicações em que o Estado anuncia, através de sua comunicação institucional, medidas tomadas para reduzir a criminalidade. Em outras três publicações, ‘terror’ é utilizado para corroborar a tese do governo de que o enfrentamento aos criminosos é o meio de solucionar o problema da Segurança Pública no Rio. Somente no mês de maio o radical esteve presente em duas postagens que divulgam a redução do número de homicídios no estado, com base em dados do ISP. “Nesses primeiros quatro meses da minha gestão, os números do @ISPRJ mostram a eficiência da nossa política de segurança contra os narcoterroristas”, diz a mensagem publicada no dia 20 de maio.

Nas demais publicações, o perfil do governador insere ‘terror’ em três tipos de postagens diferentes. O primeiro tipo ocorre três vezes: tanto para anunciar reunião em Brasília com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, e ministros do STF (sem citar nomes), como para divulgar pronunciamento no lançamento do filme *Heróis do Rio* e entrevista concedida ao jornalista Roberto D’Ávila, da GloboNews. Nesses casos, a conta de Witzel utiliza aparições públicas do mandatário para reiterar a importância do

combate ao narcoterrorismo. O segundo, em manifestação isolada contra intolerância religiosa, o perfil do governador repudiou os oito ataques a bomba a três igrejas e quatro hotéis no Sri Lanka, que mataram ao menos 290 pessoas e deixaram pelo menos 500 feridas¹²⁰, no domingo de Páscoa do dia 21 de abril de 2019. “Cristãos tornam-se vítimas de intolerância religiosa no Sri Lanka. É lamentável a escalada do terror, que castiga inocentes. O RJ é solidário neste momento de dor”, publicado no dia 21 de abril de 2019.

Por fim, o terceiro tipo de utilização de ‘terror’ nos *tweets* de Witzel veio à tona quando o mandatário precisou se explicar. Seguindo a cronologia dos acontecimentos, uma operação da PMERJ, em fevereiro, nos morros da Coroa, Fallet-Fogueteiro e dos Prazeres, em Santa Teresa e no Catumbi, região central da capital, resultou na morte de ao menos 13 pessoas (conforme detalhado na página 34). A mobilização da sociedade civil em torno do ocorrido cobrou respostas do governador. E, cinco dias depois, ele se pronunciou no Twitter: “Aproveitei para reafirmar minha confiança na nossa @PMERJ e dizer que a ação no Fallet-Fogueteiro foi uma ação legítima da polícia para combater narcoterroristas que colocam em risco a vida da nossa população”.

Em agosto, as mortes de seis jovens inocentes¹²¹ entre 16 e 21 anos – três delas em decorrência de operações policiais –, no período de cinco dias, repercutiram na mídia a ponto da repórter da Rede Globo, Raquel Honorato, questionar ao porta-voz da PM, coronel Mauro Fliess, se a política de Segurança Pública da gestão Witzel havia fracassado¹²². Além da resposta negativa de Fliess à indagação de Honorato, o secretário de governo Cleiton Rodrigues¹²³ antecipou a consternação governamental a futuras vítimas da violência do Rio. “O governo do estado lamenta todas essas mortes. Essas

¹²⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/04/22/numero-de-mortos-nos-ataques-no-sri-lanka-sobe-para-290.ghtml>. Acessado em: 19 de novembro de 2019.

¹²¹ Dia 9, às 7h: o estudante e jogador de futsal das categorias de base do Olaria, Gabriel Pereira Alves, de 18 anos, aguardava o ônibus que o levaria para a escola, na Tijuca, quando foi baleado no peito em decorrência de confronto armado entre traficantes e policiais no morro do Borel; noite do dia 10: o soldado do Exército Lucas Monteiro dos Santos Costa e o estudante Tiago Freitas, ambos de 21 anos, morreram em decorrência de disparos de arma de fogo, realizados no contexto de uma briga de festa noturna, em Encantado; manhã do dia 12: o aspirante a jogador das categorias de base do América, Diogo Costa Xavier de Brito, de 16 anos, foi baleado durante operação policial realizada em Niterói, enquanto se dirigia para o treino em Duque de Caxias; manhã do dia 12: o repositor do Supermarket, Henrico de Jesus Viegas de Menezes Júnior, de 19 anos, foi atingido durante tiroteio na Comunidade Terra Nova, em Magé, ao sair de casa para checar reparos em sua bicicleta, segundo relato de parentes; dia 13, às 19h30: a estudante do 7º ano do Ensino Fundamental que sonhava em ser policial, Margareth Teixeira, de 17 anos, caminhava em direção à igreja com o filho Enzo, de um ano, no colo, quando morreu ao ter o corpo perfurado dez vezes por projéteis. Enzo ainda foi baleado de raspão no pé esquerdo e na cabeça, mas sobreviveu e hoje é criado pela avó paterna.

¹²² Conforme mostra o vídeo disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/08/14/rj-teve-pelo-menos-6-jovens-mortos-a-tiros-em-cinco-dias.ghtml>. Acessado em: 19 de novembro de 2019.

¹²³ Ex-assessor do ex-governador Anthony Garotinho e do ex-prefeito César Maia

[dos seis jovens] e todas as outras que possam acontecer”, afirmou o secretário. Através do perfil do governador no Twitter, a gestão Witzel concluiu suas respostas às mortes ao publicar um trecho do programa RJTV1, em que mostra o chefe do Executivo culpando defensores dos Direitos Humanos pelas mortes dos jovens, em entrevista coletiva durante evento do Segurança Presente em Nova Iguaçu, no dia 16 de agosto.

Quando eles [narcoterroristas] matam inocente, levantam a placa, a foto do inocente dizendo que foi a polícia que matou. Mas quando eu digo que tem que abater quem tá de fuzil se levantam contra. E é esses que tão andando de fuzil a tiracolo nas comunidades que atiram nas pessoas inocentes. Porque pessoas que se dizem defensoras de direitos humanos, pseudo defensoras de direitos humanos, não querem que a polícia mate quem tá de fuzil. Porque se não mata quem tá de fuzil, quem morre são os inocentes. Então tá na sua conta defensor dos direitos humanos, esses cadáveres desses jovens não tão no meu colo, tão no colo de vocês que não deixam que as polícias façam o trabalho que tem que ser feito¹²⁴.

E na legenda da publicação: “Eu não vou recuar da política de segurança, que vai resgatar o RJ das mãos dos narcoterroristas. Vamos devolver os territórios do Estado à população”. Adiante, em setembro, a morte de Ágatha Félix, de 8 anos, em decorrência de disparo realizado por um policial¹²⁵ em direção a suspeitos montados numa moto que descumpriram ordem de parada, representou o ápice do descontentamento público com a política de segurança implementada pela nova gestão do Palácio Guanabara. A *hashtag* #ACulpaÉDoWitzel chegou a ocupar o topo dos *trending topics* Brasil em 20 de setembro, dia da morte da criança e moradora do Complexo do Alemão, na Zona Norte do Rio.

À época, Witzel levou três dias para se pronunciar a respeito do caso e, numa sequência de 22 *tweets*, inseriu ‘terror’ na 16ª postagem para embasar sua argumentação. “Narcoterroristas atuam nas comunidades e utilizam os seus moradores como escudo. Se esses bandidos não forem contidos, continuarão mantendo a barbárie”, diz a mensagem publicada às 10h44 do dia 23 de setembro, seguida de uma na qual o governador se solidariza com a dor da família de Ágatha e outra em que Witzel culpa usuários de drogas pela morte da criança. “Aqueles que usam substâncias entorpecentes de forma recreativa,

¹²⁴ Disponível em: <https://twitter.com/wilsonwitzel/status/1162451820616278016>. Acessado em: 19 de novembro de 2019.

¹²⁵ Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/inquerito-sobre-morte-da-menina-agatha-conclui-que-nao-houve-troca-de-tiros-24088647.html>. Acessado em 19 de novembro de 2019.

façam uma reflexão. Vocês são responsáveis pela morte da menina Ágatha: vocês que usam maconha e cocaína e dão dinheiro para genocidas”, publicou o perfil de Witzel no Twitter.

Quase dois meses após o acontecimento, sob tensão atenuada, a PC encerrou as investigações sobre o caso e consumou que, de fato, o tiro que vitimou a criança partiu do armamento de um policial. O inquérito ainda concluiu que não havia confronto no momento do disparo e, com base no depoimento de uma testemunha, os policiais civis aferiram que a dupla sobre a moto segurava uma esquadilha metálica (utilizada como moldura de janelas e portas), o que teria confundido e assustado o militar que acionou o gatilho. Segundo relatos de testemunhas incluídos na diligência, o cabo lotado na UPP da Fazendinha estava sob forte tensão devido à morte de um colega três dias antes. De acordo com o Jornal Extra, uma fonte ligada à investigação afirma que “ele está muito mal e diz a todo tempo que não queria acertar a menina”.

Evidências que suscitam a questão envolvendo a saúde mental dos agentes de segurança. Segundo a 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o número de policiais que cometem suicídio no país já é maior que número de policiais vitimados em serviço, visto que 75% das mortes dos agentes ocorrem quando eles estão fora de serviço. Em 2018, 108 policiais cometeram suicídio, enquanto 87 agentes morreram em horário de trabalho, durante confrontos armados nas principais cidades do país¹²⁶.

Partindo da ideia clássica de Durkheim de que o suicídio é um fato social quando trata-se de um conjunto de suicídios em certa sociedade e em certo período, não podemos apreender este fenômeno entre policiais como algo isolado e individual, como vem sendo tratado pelo Estado brasileiro (FBSP, 2019, p. 49)

O Rio de Janeiro, em 2018, registrou três suicídios cometidos policiais, todos eles da PM, nenhum da PC – ainda segundo dados divulgados pelo FBSP.

4.3. Incentivo às armas

No dia 4 de novembro de 2018, em entrevista ao Jornal O Globo, o governador eleito Wilson Witzel teve o seguinte diálogo com jornalistas do veículo¹²⁷:

¹²⁶ Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/suicidio-mata-mais-policiais-que-operacoes-durante-servico/>. Acessado em: 20 de novembro de 2019.

¹²⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CLfGH8MU4d8>. Acessado em: 27 de novembro de 2019.

WW: A população tem hoje uma vontade de conhecer o uso de armamento. Quanto mais você estimular o clube de tiro, as pessoas mais vão desmistificar se podem ou não ter arma em casa. Uma vez eu fiz um curso para 40 juízes. Todos queriam comprar arma. No final, só um quis.

Repórter 1: O senhor tem arma?

WW: Não, não tenho arma em casa.

Repórter 1: O senhor é favorável ao uso?

WW: Não tenho arma em casa porque eu tenho acho que uns dez seguranças (sic) hoje com arma. Então não preciso mais ter arma em casa.

Repórter 2: Mas o senhor sabe atirar?

WW: Sou perito.

Repórter 3: Mas o senhor já teve arma?

WW: Eu? [Tive arma por] muitos anos. Fui oficial da Marinha.

Repórter 1: E o senhor é favorável?

WW: Quando [eu era] juiz andei armado por muito tempo. Tinha porte.

Repórter 1: O senhor é favorável ao porte de arma?

WW: Sou favorável.

Repórter 2: O senhor já precisou usar arma alguma vez?

WW: Graças a Deus, não.

4.4. Portas semiabertas para o Turismo

Em evento de inauguração do Duque de Caxias Presente¹²⁸, no dia 14 de novembro de 2019, Witzel afirmou que, em seu mandato, o índice de homicídios dolosos no estado caiu de 35 mortes por cem mil habitantes, em 2018, para 16 por cem mil habitantes, e que “se nós olharmos para o resto do mundo, nós estamos no mesmo patamar de Nova York, de Paris, de Madrid”¹²⁹. A fala foi imediatamente confrontada pelos veículos de Comunicação, que publicaram matérias contradizendo o governador. Conforme mostram as informações abaixo, contidas na reportagem do UOL¹³⁰:

- De acordo com dados do Departamento de Polícia de Nova York, em 2019, até o último dia 3 [de novembro], a cidade registrou 269 homicídios. Levando em consideração a população da cidade, estimada em aproximadamente 8,3 milhões de habitantes, chega-se a uma média de 3,2 mortes deste tipo para cada 100 mil habitantes.
- A cidade de Madri, por sua vez, registrou 27 homicídios entre janeiro e junho de 2019. O censo realizado no último ano aponta que a cidade tem cerca de 6,5 milhões de moradores. A média para cada 100 mil habitantes, portanto, foi de 0,41 homicídios.
- Embora não existam dados concretos quanto aos índices de homicídios em Paris, em 2019, o Índice Global da Paz indica o país europeu na 60ª posição mundial de segurança social. O Brasil desponta na 116ª posição – o ranqueamento leva em consideração os índices de criminalidade e os impactos econômicos decorrentes da violência.

¹²⁸ Unidade do programa Segurança Presente, que consiste num patrulhamento complementar ao da PM e das Guardas Municipais, baseado no pagamento de gratificações a policiais que estariam de folga. O custo do programa atualmente gira em torno de R\$ 134 milhões, sendo R\$ 87 milhões pago pelo governo estadual e R\$ 47 milhões arcados pela Federação de Comércio do Rio de Janeiro (Fecomércio). Informações disponíveis em: <https://oglobo.globo.com/rio/governo-pedira-fecomercio-que-volte-bancar-parte-do-seguranca-presente-47-milhoes-por-ano-23797884>. Acessado em: 27 de novembro de 2019.

¹²⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CKptk4usmnw>. Acessado em: 27 de novembro de 2019.

¹³⁰ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/11/14/witzel-seguranca-do-rio-esta-no-mesmo-patamar-de-paris-nova-york-e-madri.htm>. Acessado em: 27 de novembro de 2019.

Em resposta à repercussão negativa, o mandatário, por meio de sua assessoria de imprensa, divulgou uma nota, horas após a realização do evento em Duque de Caxias, argumentando que Witzel “se referiu às áreas turísticas das cidades do Rio, Nova York e Madrid”. O que endossou a seguinte fala, proferida aos jornalistas presentes na inauguração do programa na Baixada Fluminense:

Na área turística do nosso estado, nas áreas comerciais, não há tiroteio. O que há é roubo, furto, o roubo a transeunte, roubo de carro, que tá reduzindo sensivelmente. Nós tivemos dois turistas que sofreram violência nos últimos dez meses. Então isso, comparado com Nova York, com... com Jerusalém, que é muitos menos, que Jerusalém tem muita gente esfaqueada na rua, em razão evidentemente da atuação do Hezbollah, do que no Rio de Janeiro. E em Jerusalém visitam 15 milhões de pessoas por ano [ante 1,5 milhão no Rio¹³¹]. O tiroteio que acontece aqui é, infelizmente, nas comunidades.

Declarações e posicionamentos que reforçam a execução do PIST (página 34) no governo Witzel, e remontam a regimes de segregação legitimados pelo Estado. O que o governador negou no mesmo 14 de novembro, à tarde, no Palácio Guanabara, durante a posse da nova secretária de Vitimização e Proteção à Pessoa com Deficiência, tenente-coronel da PM Priscilla Azevedo:

Aqui ninguém quer promover o *apartheid*. Pelo contrário. Agora, nós temos que ser transparente para quem quer visitar o Rio de Janeiro. [O turista, quando vem ao Rio] vai no Leblon, vai ficar em Botafogo. Ele vai visitar a Região Serrana. É isso que ele vai ver: os equipamentos turísticos. Tivemos dois casos isolados, de turistas esfaqueados. O turista que chega aqui não é vítima de violência. No caso da Lagoa, tiramos todas as facas de circulação dos moradores de rua com a marcha da cidadania e com o segurança presente. É preciso entender o contexto: os moradores das comunidades estão sofrendo e sofrendo muito. Agora, o que chega nas comunidades são as armas de grosso calibre, que gera a guerra das facções. E as armas entram por onde? Pela Fronteira. O que estamos fazendo para estimular o turismo é mostrar que o Pão de Açúcar, Corcovado, Petrópolis, estão protegidos, não fazem parte dessa realidade [de tiroteios]¹³².

¹³¹ De acordo com informações do Ministério do Turismo, referente ao ano de 2016. Disponíveis em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/5705-rio-destino-preferido-dos-estrangeiros-que-v%C3%AAm-ao-brasil.html>. Acessado em: 27 de novembro de 2019.

¹³² Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/11/14/witzel-diz-que-seguranca-do-rio-esta-no-mesmo-patamar-de-paris-nova-york-e-madri.ghtml>; <https://oglobo.globo.com/rio/wilson-witzel-diz-que-violencia-no-rio-esta-no-mesmo-patamar-de-nova-york-de-paris-de-madri-24080785>. Acessado em: 27 de novembro de 2019.

Segundo dados do ISP referentes aos dez primeiros meses de 2019, das quatro Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP) que compõem a Região Metropolitana do Rio, a RISP 1 – correspondente aos bairros localizados majoritariamente na Zona Sul e na região central da capital¹³³ – possui as menores taxas em homicídios dolosos, letalidade violenta, crime violento letal intencional e morte em decorrência de agentes do Estado. Todos esses índices em comparação com RISP 2 (Zona Oeste), RISP 3 (Baixada Fluminense) e RISP 4 (Niterói e Baixada Litorânea).

Figura 11: Comparativo de índices de violência por área da Região Metropolitana

Índice	RISP	Quantidade
Letalidade violenta	1	692
	2	903
	3	1.496
	4	1.089
Homicídios dolosos	1	375
	2	556
	3	1.002
	4	685
Crime violento intencional	1	300
	2	320
	3	457
	4	378
Morte por intervenção de agentes do Estado	1	392
	2	583
	3	1.039
	4	711

Fonte: ISP-RJ¹³⁴

¹³³ Grifo do autor.

¹³⁴ Disponível em: <https://www.ispvisualizacao.rj.gov.br:4434/index.html>. Acessado em: 27 de novembro de 2019.

4.5. O que dizem os especialistas

Para conferir respaldo à breve análise do discurso do governador apresentada neste capítulo, trechos de três entrevistas realizadas em prol desta monografia serão dispostos a seguir. Entre os entrevistados estão Ignácio Cano, coordenador do Laboratório de Análise da Violência da Uerj (LAV-Uerj), José Ricardo Bandeira, presidente do Instituto de Criminalística e Ciências Policiais da América Latina (Inscrim) e Renata Souza, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Alerj.

➤ Ignácio Cano

Por gentileza, comente a situação de Segurança Pública que vive o Rio de Janeiro em 2019.

— O que está acontecendo é a aplicação da promessa eleitoral de aplicar uma política de extermínio, uma política que sempre existiu no Rio de Janeiro, mas que nunca foi tão explícita.

Em comparação com outros governos, o que difere Witzel dos demais?

— Tínhamos um governo entre 1995 e 1998 [Marcello Alencar] que premiou os policiais por matar por exemplo, mas nem naquela época a proposta do governo era escancaradamente matar pessoas.

O abate de criminosos, defendido por Witzel, é legal perante a Lei?

— É ilegal. Não se sustenta na legislação brasileira. Deveria comportar o processamento [do governador] por parte do Ministério Público (MP-RJ), por apologia ao crime e, quando os policiais matarem, por ser mandante dessas mortes.

Há possibilidade disso acontecer?

— Infelizmente, o MP-RJ não tem coragem para fazer isso. E nós estamos assistindo a essa situação, em que a polícia tem o objetivo declarado de matar pessoas que tenham fuzil.

Qual razão sustenta tal política de Segurança Pública?

— Tem apoio. Evidentemente tem apoio de parcela importante da população, senão Witzel não teria sido eleito, mas não deixa de ser ilegal. Hitler foi eleito. O apoio da população não dispensa o cumprimento da Lei. Se querem agir de forma legal deveriam convocar uma nova constituinte, revogar essa constituição e promulgar uma nova constituição que dissesse que o policial na rua tem direito de decidir quem mata e quem não. Enquanto não fizerem isso, o que estão fazendo é ilegal.

Somente neste ano, seis crianças morreram no Rio de Janeiro em decorrência de disparos de armas de fogo. Comente esse dado, por favor.

— No passado, quando havia um caso desse tipo [morte de criança], isso ajudava a moderar violência, a letalidade policial. O custo político que isso impunha fazia com que o governo recuasse, a polícia recuasse. Agora, dado o perfil do governador, a promessa eleitoral e o clima acirrado que vivemos no Rio, corremos o risco muito grande de que esses casos escancarados de excesso ou de vítimas inocentes não consiga reverter a tendência atual.

O fato de Witzel ser ex-juiz federal tem alguma influência em sua forma de governar?

— Ele se acha na posição de dar palpites, quando não ordens, a órgãos jurisdicionais, aos quais ele não pertence mais. Ele se sente legitimado para dizer para promotores e juízes o que deve ser feito. Mas isso não garante a ele o direito de fazer isso. Os poderes são autônomos.

Poderia comentar a declaração em que o governador sugere levar à ONU a questão envolvendo a entrada de armas e drogas pelas fronteiras da Bolívia e do Paraguai?

— É Delírio. É um delírio pois não tem a menor sustentação nem jurídica, nem política. Não é papel dele, como governador de um estado, levar nada para a ONU. O Rio de Janeiro não é membro da ONU.

O governador faz constantes acenos ao governo federal no sentido de reivindicar um endurecimento da fiscalização na fronteira, baseado no argumento de que as armas que vem de Paraguai, Bolívia e Colômbia são a razão das mortes no estado. Qual sua opinião?

— Se fosse assim [como ele afirma], ele deveria levar à ONU [uma ação contra] os Estados Unidos. Porque os fuzis, em sua grande maioria são fabricados nos Estados Unidos. Ele deveria então levar à ONU uma ponderação para os Estados Unidos junto com o Bolsonaro. Acho que seria uma grande novidade na política brasileira.

Como você enxerga o papel do Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) no combate aos excessos policiais?

— O Gaeco demorou muitos anos para sair do papel. O MP-RJ foi bastante reticência na área de controle externo da polícia, que é um dever constitucional. O MP-RJ é extremamente conservador e historicamente muito próximo da polícia.

Qual o principal problema da Segurança Pública no Rio de Janeiro?

— A corrupção no aparato estatal.

Como a gestão Witzel está trabalhando para conter esse problema?

— A proposta de Witzel é basicamente matar bandido. Para atual gestão, se um número suficiente de traficantes for executado, não haverá mais o problema de Segurança Pública. A política atual voltada para essa área não está pensada para acabar com os confrontos, com a violência. Está pensada para eliminar os traficantes, que serão substituídos por outros traficantes, que continuam corrompendo policiais e continuarão sempre na mesma situação.

Por que o Estado, com todo seu aparato e efetivo militares não consegue acabar com as facções?

— Então, embora o diferencial de preparo, de armamento também, entre a polícia e o tráfico seja grande, o tráfico tem uma força, um contingente muito grande. Ele ainda

consegue gerar uma renda significativa. Então não acho que é fácil de acabar com isso. Ainda mais com a forma que o Estado tenta. Uma forma militarizada, de confronto. Não é fácil por isso. [Os grupos criminosos] são contingentes muito fragmentados, são pessoas que substituem pessoas, não é um exército, não é um grupo fixo que seja possível derrotar.

Então o que é capaz de solucionar o problema?

— A descriminalização das drogas traria uma grande novidade e enfraqueceria os grupos criminosos. No momento que você passasse da droga para outros tipos de crime, esses outros tipos de crime não precisam ser territorializados, com defesa de espaço, da mesma forma que o tráfico é hoje. Daí conseguiríamos por um lado enfraquecer essas facções, e por outro lado fazer com que elas ficassem menos dependentes do território.

➤ José Ricardo Bandeira¹³⁵

Guerra convencional, guerrilha ou terroristas. Em qual dessas classificações os Grupos de Criminosos Armados (GCA) presentes nas favelas do Rio se encaixam?

— Em nenhum dos três especificamente. Se trata de uma mescla das características de cada um.

Os resultados da gestão Witzel são positivos na área de Segurança Pública? É possível ver longevidade na política pública aplicada atualmente?

— Por enquanto os resultados estão satisfatórios. Mas provavelmente não se manterão ao longo do tempo, se não houver investimento em inteligência e investigação.

O programa Segurança Presente é um modelo a ser copiado ou um paliativo a ser descartado pelos próximos governos fluminenses?

¹³⁵ Entrevista concedida ao autor. Via Whatsapp. No dia 10 de outubro de 2019.

— O programa segurança presente é uma espécie de privatização da segurança pública, [pois] os bairros que têm associações comerciais mais forte e com recursos econômicos conseguem ter mais polícia, já os outros bairros mais carentes tem cada vez menos no comparativo. Devido ao baixo contingente da polícia, acaba sendo necessário tirar os policiais das áreas menos abastadas da cidade para reforçar as áreas que estão “investindo”¹³⁶ mais em segurança.

O governador tem adotado um tom mais moderado após a série de episódios que voltaram os olhos do Brasil e do mundo para o Rio de Janeiro (caso Ágatha, por exemplo). O senhor enxerga uma tática na postura do governador? Tendo em vista seu interesse em se candidatar à Presidência em 2022.

— Sem dúvida alguma. O grande pilar das aspirações do governador à presidência da República é a Segurança Pública. Por isso ele [Witzel] adequa seu discurso, tendo em vista os erros cometidos no início da gestão.

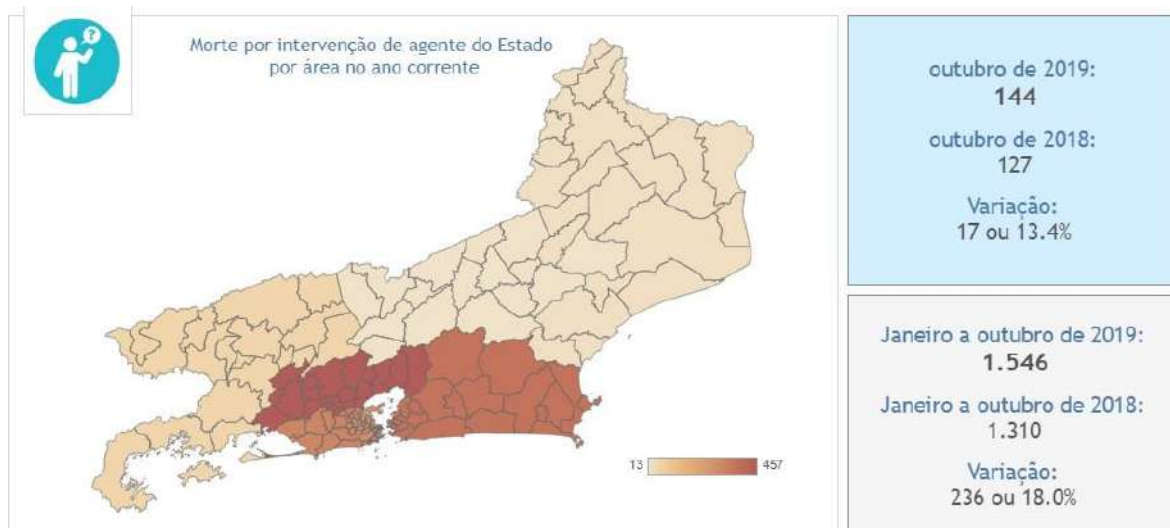
➤ Renata Souza

¹³⁶ Grifo do entrevistado.

5. A prática do discurso

Este capítulo é reservado para apresentar os números produzidos pelas forças de segurança do Estado do Rio de Janeiro nos primeiros dez meses de 2019. Assim que foram publicados, os dados referentes a janeiro e outubro do primeiro ano de mandato de Witzel chamaram atenção para as mortes por intervenção de agentes do Estado. Com 1.546 mortes dessa espécie, a gestão Witzel é responsável pelo maior índice desde 1998, quando a série histórica começou a ser computada pelo ISP. As representam também aumento de 18% em relação ao mesmo período do ano passado, quando 1.310 pessoas morreram em decorrência de intervenção de agentes do Estado, conforme mostra a figura abaixo:

Figura 12: Taxa recorde de mortes por intervenção de agentes do Estado em 2019

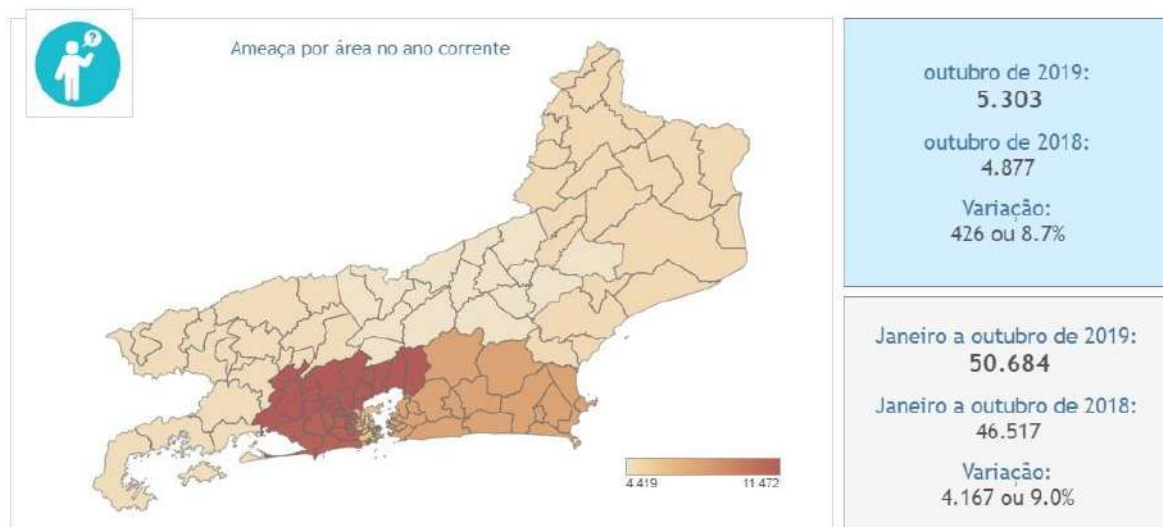


Fonte: ISP-RJ¹³⁷

Por outro lado, os homicídios dolosos caíram 21% em 2019, na comparação com o mesmo período do ano passado. O que representa 884 mortes a menos. De janeiro a outubro deste ano, foram registradas 3.342 vítimas – menor número de vítimas para o acumulado anual desde 1991 –, contra 4.226 em 2018.

¹³⁷ Disponível em: <https://www.ispvisualizacao.rj.gov.br:4434/index.html>. Acessado em: 28 de novembro de 2019.

Figura 13: Taxa mínima recorde de homicídios dolosos em 2019



Para o ex-secretário nacional de Segurança Pública, coronel José Vicente, em entrevista concedida à Record¹³⁸, a redução da taxa é substancial e importante, mas é preciso contextualizar o cenário em que houve essa mitigação dos homicídios dolosos. “Há evidências que precisam ser consideradas quando se avalia a segurança de um local, que é a presença do crime. Não é apenas o registro estatístico de homicídio. Alguns analistas [de segurança] consideram que boa parte da queda de homicídios no Rio de Janeiro se deve à pressão das milícias”, disse Vicente.

Há inclusive um relatório produzido pelo MP-RJ¹³⁹ que conclui que as organizações paramilitares¹⁴⁰ controlam atualmente 180 áreas na Região Metropolitana do Rio. E segundo um levantamento do Departamento Geral de Homicídios e Proteção à Pessoa (DGHPP) e do Gaeco, órgãos subordinados ao MP, 20 grupos criminosos atuam nos 13 municípios da Baixada Fluminense, onde estima-se haver quatro milhões de pessoas.

¹³⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CKptk4usmnw>. Acessado em: 28 de novembro de 2019.

¹³⁹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/narcomilicias-trafficantes-milicianos-se-unem-em-180-areas-do-rio-segundo-investigacao-24007664>. Acessado em: 28 de novembro de 2019.

¹⁴⁰ Criadas na década de 1990 sob a bandeira do combate ao tráfico de drogas, na comunidade de Rio das Pedras, na Zona Oeste, as milícias se transformaram num problema tão grande quanto seu alvo inicial. Com domínio de cerca de 25% da população fluminense **contígua à Região Metropolitana**, as milícias se sustentam com base na prestação de serviços variados e, sobretudo, no provimento do serviço de segurança do local. Entre os serviços estão TV e internet a cabo, corretagem de imóveis, caixa 2 eleitoral, transporte coletivo alternativo, estacionamento e entrega de água e gás de cozinha. Além do tráfico de armas e drogas, que foi recentemente detectado pela própria polícia como prática corrente dos milicianos.

